

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	10
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	21
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	43
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	119
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	120
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	121
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	122

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.392.125.889
Preferenciais	0
Total	2.392.125.889
Em Tesouraria	
Ordinárias	3.457.567
Preferenciais	0
Total	3.457.567

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	57.663.931	56.939.179
1.01	Ativo Circulante	13.978.703	13.464.205
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.978.689	3.610.324
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.849.550	2.274.316
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.849.550	2.274.316
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	1.849.550	2.274.316
1.01.03	Contas a Receber	5.125.501	4.901.777
1.01.03.01	Clientes	5.125.501	4.901.777
1.01.04	Estoques	387.484	357.204
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.149.871	1.207.657
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.149.871	1.207.657
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	49.836	68.769
1.01.06.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.100.035	1.138.888
1.01.07	Despesas Antecipadas	734.805	329.362
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	752.803	783.565
1.01.08.03	Outros	752.803	783.565
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	447.706	452.203
1.01.08.03.02	Outros Ativos	241.222	264.298
1.01.08.03.03	Arrendamento Mercantil	34.416	34.098
1.01.08.03.04	Outros Valores a Compensar	29.459	32.966
1.02	Ativo Não Circulante	43.685.228	43.474.974
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.479.981	4.450.514
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	29.403	26.339
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	29.403	26.339
1.02.01.04	Contas a Receber	116.124	137.306
1.02.01.04.01	Clientes	116.124	137.306
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	340.662	340.247
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.993.792	3.946.622
1.02.01.10.04	Outros Aivos Não-Circulantes	32.123	29.492
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	674.483	677.150
1.02.01.10.06	Imposto, Taxas e Contribuições a recuperar	916.127	911.704
1.02.01.10.07	Imposto de Renda a Recuperar	273.239	258.415
1.02.01.10.08	Arrendamento Mercantil	196.357	200.148
1.02.01.10.09	Imposto de renda e contribuição social diferido	1.399.377	1.355.604
1.02.01.10.10	Ativos financeiros	502.086	514.109
1.02.02	Investimentos	1.396.505	1.260.486
1.02.02.01	Participações Societárias	1.396.505	1.260.486
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.232.409	1.260.486
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	164.096	0
1.02.03	Imobilizado	23.234.088	23.171.451
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.782.980	12.743.378
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.938.019	9.823.792
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	513.089	604.281
1.02.04	Intangível	14.574.654	14.592.523

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1.02.04.01	Intangíveis	14.574.654	14.592.523
1.02.04.01.02	Licença de uso de Softwares	3.144.576	2.928.718
1.02.04.01.03	Autorizações	7.595.808	7.811.231
1.02.04.01.04	Goodwill	3.112.169	3.112.169
1.02.04.01.05	Outros Intangíveis	722.101	740.405

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	57.663.931	56.939.179
2.01	Passivo Circulante	15.294.566	15.201.168
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	422.260	361.271
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	422.260	361.271
2.01.02	Fornecedores	5.165.588	5.138.780
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.314.306	4.414.270
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	851.282	724.510
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.236.803	5.017.653
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.933.433	4.655.272
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	184.323	162.102
2.01.03.01.02	Outros Impostos e taxas	4.749.110	4.493.170
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	245.562	300.207
2.01.03.02.01	ICMS	245.562	300.207
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	57.808	62.174
2.01.03.03.01	ISS	57.808	62.174
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	955.774	925.626
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	241.547	240.951
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	241.547	240.951
2.01.04.02	Debêntures	714.227	684.675
2.01.05	Outras Obrigações	3.514.141	3.757.838
2.01.05.02	Outros	3.514.141	3.757.838
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.116.400	1.219.319
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	137.018	168.711
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	325.726	321.761
2.01.05.02.06	Receita Diferidas	204.941	259.527
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	1.643.501	1.702.899
2.01.05.02.08	Outros Passivos	86.555	85.621
2.02	Passivo Não Circulante	17.949.241	17.760.620
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.814.289	1.853.097
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	429.737	488.591
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	429.737	488.591
2.02.01.02	Debêntures	1.384.552	1.364.506
2.02.02	Outras Obrigações	14.539.440	14.343.351
2.02.02.02	Outros	14.539.440	14.343.351
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	534.195	534.292
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições a recolher	32.877	33.208
2.02.02.02.05	Imposto de Renda a recolher	26.304	19.395
2.02.02.02.06	Autorizações a Pagar	1.187.766	1.159.672
2.02.02.02.07	Receita Diferidas	409.931	506.184
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	12.261.654	12.061.969
2.02.02.02.09	Outros Passivos	86.713	28.631
2.02.04	Provisões	1.595.512	1.564.172
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.595.512	1.564.172
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	901.240	896.045
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	190.556	196.916

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	4.485	4.485
2.02.04.01.05	Provisões Cíveis e Regulatórias	499.231	466.726
2.03	Patrimônio Líquido	24.420.124	23.977.391
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	13.477.891
2.03.02	Reservas de Capital	314.728	309.697
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	353.604	353.604
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-78.539	-78.539
2.03.02.07	Plano de incentivo de longo prazo	15.666	10.635
2.03.02.08	Outras reservas de capital	23.997	23.997
2.03.04	Reservas de Lucros	10.203.372	10.192.763
2.03.04.01	Reserva Legal	1.714.578	1.714.578
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.143.043	3.143.043
2.03.04.10	Reserva para Expansão	5.345.751	5.335.142
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	427.093	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.960	-2.960

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.766.305	6.393.641
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.212.669	-3.084.002
3.03	Resultado Bruto	3.553.636	3.309.639
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.040.249	-2.017.501
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.511.601	-1.489.229
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-465.582	-435.666
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	130.870	45.945
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-163.949	-111.904
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-29.987	-26.647
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.513.387	1.292.138
3.06	Resultado Financeiro	-529.074	-598.466
3.06.01	Receitas Financeiras	432.622	355.842
3.06.02	Despesas Financeiras	-961.696	-954.308
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	984.313	693.672
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-167.220	103.950
3.08.01	Corrente	-210.993	-152.172
3.08.02	Diferido	43.773	256.122
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	817.093	797.622
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	817.093	797.622
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,34	0,33
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,34	0,33

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	817.093	797.622
4.03	Resultado Abrangente do Período	817.093	797.622

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.659.606	2.495.952
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.703.669	3.400.075
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e CSLL	984.313	693.672
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.736.626	1.745.916
6.01.01.03	Atualização Monetária sobre depósito e processos administrativos e judiciais	47.158	14.624
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	29.986	26.647
6.01.01.05	Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis baixados	2.020	3.006
6.01.01.06	Planos de incentivo a longo prazo	5.031	6.310
6.01.01.07	Provisão para processos administrativos e judiciais	80.694	63.968
6.01.01.08	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	-237	1.567
6.01.01.09	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	193.993	203.492
6.01.01.10	Perdas por créditos de liquidação esperada	225.857	182.045
6.01.01.11	Juros sobre arrendamento mercantil passivo	470.548	379.446
6.01.01.12	Juros sobre arrendamento mercantil ativo	-7.137	-7.083
6.01.01.13	Juros sobre títulos e valores mobiliários	-65.183	-79.315
6.01.01.14	Resultado de operações com outros derivativos	0	165.780
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.044.063	-904.123
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-449.808	-108.375
6.01.02.02	Impostos e contribuição a recuperar	94.765	134.938
6.01.02.03	Estoques	-30.280	-36.008
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-405.858	-375.994
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	10.400	4.820
6.01.02.06	Outros Ativos	24.308	3.443
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	60.989	57.710
6.01.02.08	Fornecedores	63.696	-438.778
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	61.387	100.849
6.01.02.10	Pagamento de processos judiciais e administrativos	-104.243	-105.379
6.01.02.11	Autorizações a pagar	7.641	6.019
6.01.02.12	Receitas Diferidas	-150.839	-19.254
6.01.02.13	Outros Passivos	-68.395	-78.871
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-157.826	-49.243
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-946.403	-1.332.594
6.02.01	Pagamento em aquisição da V8 (líquido de caixa adquirido)	-90.016	0
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	-1.353.883	-1.339.122
6.02.03	Aporte de capital Fundo 5G	0	-84.984
6.02.04	Recebimento - Acordo com Banco C6	0	52.000
6.02.05	Resgates de títulos e valores mobiliários	2.200.035	2.107.991
6.02.06	Aplicações de títulos e valores mobiliários	-1.713.151	-2.084.000
6.02.07	Outros	10.612	15.521
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.344.838	-1.581.733
6.03.01	Pagamentos pelas operações de grupamento e desdobramento de ações	-112	0
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-66.039	-98.956

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.03.03	Juros pagos – Empréstimos	-4.380	-6.996
6.03.04	Dividendos e JSCP pagos	-478.153	-670.044
6.03.05	Pagamento de arrendamento mercantil financeiro	-374.045	-401.805
6.03.06	Juros pagos – Arrendamento mercantil	-479.902	-390.114
6.03.07	Instrumentos financeiros derivativos	-7.993	-4.639
6.03.08	Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	0	-13.021
6.03.09	Incentivos de arrendamentos recebidos	65.786	3.842
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	368.365	-418.375
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.610.324	3.258.743
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.978.689	2.840.368

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	309.697	10.192.763	0	-2.960	23.977.391
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	309.697	10.192.763	0	-2.960	23.977.391
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.031	10.609	-390.000	0	-374.360
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-390.000	0	-390.000
5.04.08	Plano de incentivo a longo prazo	0	5.031	0	0	0	5.031
5.04.11	Dividendos/JSCP não reclamados	0	0	10.609	0	0	10.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	817.093	0	817.093
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	817.093	0	817.093
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	314.728	10.203.372	427.093	-2.960	24.420.124

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.711	-2.540.000	-200.000	0	-2.746.711
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.310	0	0	0	6.310
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-13.021	0	0	0	-13.021
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.050.000	0	0	-2.050.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-490.000	-200.000	0	-690.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	797.622	0	797.622
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	797.622	0	797.622
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	362.858	10.019.460	597.622	-2.284	24.455.547

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	7.571.535	7.218.981
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.797.392	7.401.026
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-225.857	-182.045
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.249.873	-2.148.948
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.379.008	-1.215.391
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-870.865	-933.557
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.321.662	5.070.033
7.04	Retenções	-1.736.626	-1.745.916
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.736.626	-1.745.916
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.585.036	3.324.117
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	402.636	163.415
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-29.986	-26.647
7.06.02	Receitas Financeiras	432.622	190.062
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.987.672	3.487.532
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.987.672	3.487.532
7.08.01	Pessoal	303.005	299.465
7.08.01.01	Remuneração Direta	192.778	196.435
7.08.01.02	Benefícios	78.431	75.238
7.08.01.03	F.G.T.S.	20.486	20.203
7.08.01.04	Outros	11.310	7.589
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.593.210	1.282.946
7.08.02.01	Federais	793.108	500.578
7.08.02.02	Estaduais	767.741	749.327
7.08.02.03	Municipais	32.361	33.041
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.274.242	1.106.345
7.08.03.01	Juros	951.958	786.310
7.08.03.02	Aluguéis	322.284	320.035
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	817.093	797.622
7.08.04.02	Dividendos	390.000	200.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	427.093	597.622
7.08.05	Outros	122	1.154
7.08.05.01	Investimento Social	122	1.154

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	57.796.095	0
1.01	Ativo Circulante	14.085.989	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.021.768	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.849.550	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.849.550	0
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	1.849.550	0
1.01.03	Contas a Receber	5.169.439	0
1.01.03.01	Clientes	5.169.439	0
1.01.04	Estoques	387.484	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.158.060	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.158.060	0
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	50.479	0
1.01.06.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.107.581	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	746.453	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	753.235	0
1.01.08.03	Outros	753.235	0
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	447.706	0
1.01.08.03.02	Outros Ativos	241.654	0
1.01.08.03.03	Arrendamento Mercantil	34.416	0
1.01.08.03.04	Outros Valores a Compensar	29.459	0
1.02	Ativo Não Circulante	43.710.106	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.484.471	0
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	34.861	0
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	34.861	0
1.02.01.04	Contas a Receber	123.875	0
1.02.01.04.01	Clientes	123.875	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.388.073	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.388.073	0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	341.304	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.596.358	0
1.02.01.10.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	273.239	0
1.02.01.10.04	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	916.127	0
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	676.426	0
1.02.01.10.06	Arrendamentos	196.357	0
1.02.01.10.07	Ativos financeiros	502.086	0
1.02.01.10.08	Outros ativos	32.123	0
1.02.02	Investimentos	1.232.409	0
1.02.02.01	Participações Societárias	1.232.409	0
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.232.409	0
1.02.03	Imobilizado	23.246.133	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.792.844	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.940.200	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	513.089	0
1.02.04	Intangível	14.747.093	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1.02.04.01	Intangíveis	11.505.768	0
1.02.04.01.02	Licença de uso de Softwares	3.145.094	0
1.02.04.01.03	Autorizações	7.600.337	0
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	760.337	0
1.02.04.02	Goodwill	3.241.325	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	57.796.095	0
2.01	Passivo Circulante	15.381.120	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	429.488	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	429.488	0
2.01.02	Fornecedores	5.178.909	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.327.627	0
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	851.282	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.239.206	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.888.379	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	184.323	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	4.704.056	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	273.267	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	77.560	0
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Fiscais	77.560	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	978.887	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	978.887	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	978.887	0
2.01.05	Outras Obrigações	3.554.630	0
2.01.05.02	Outros	3.554.630	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.116.400	0
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	137.018	0
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	325.726	0
2.01.05.02.06	Receitas diferidas	244.548	0
2.01.05.02.07	Outros passivos e provisões	86.592	0
2.01.05.02.08	Financiamento por arrendamento	1.644.346	0
2.02	Passivo Não Circulante	17.994.851	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.853.111	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	468.559	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	468.559	0
2.02.01.02	Debêntures	1.384.552	0
2.02.02	Outras Obrigações	14.456.658	0
2.02.02.02	Outros	14.456.658	0
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	534.195	0
2.02.02.02.07	Passivo de arrendamento	12.263.128	0
2.02.02.02.08	Imposto de renda e contribuição social a recolher	26.304	0
2.02.02.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	32.877	0
2.02.02.02.10	Autorizações a pagar	1.187.766	0
2.02.02.02.11	Receitas diferidas	412.388	0
2.02.04	Provisões	1.685.082	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.595.512	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	901.240	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	190.556	0
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	4.485	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	499.231	0
2.02.04.02	Outras Provisões	89.570	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	24.420.124	0
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	0
2.03.02	Reservas de Capital	314.728	0
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	393.267	0
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-78.539	0
2.03.04	Reservas de Lucros	10.203.372	0
2.03.04.01	Reserva Legal	1.714.578	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.345.751	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.143.043	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	427.093	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.960	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.806.150	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.242.018	0
3.03	Resultado Bruto	3.564.132	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.049.614	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.517.724	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-470.767	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	130.904	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-163.950	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-28.077	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.514.518	0
3.06	Resultado Financeiro	-529.858	0
3.06.01	Receitas Financeiras	433.824	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-963.682	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	984.660	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-167.567	0
3.08.01	Corrente	-210.993	0
3.08.02	Diferido	43.426	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	817.093	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	817.093	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	817.093	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	817.093	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	817.093	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.666.012	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.705.558	0
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social	984.660	0
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.738.642	0
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	28.077	0
6.01.01.04	Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	2.020	0
6.01.01.05	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	-237	0
6.01.01.06	Provisão para processos judiciais e administrativos	80.694	0
6.01.01.07	Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos	47.128	0
6.01.01.08	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	195.871	0
6.01.01.09	Juros sobre títulos e valores mobiliários	-65.183	0
6.01.01.10	Juros sobre passivo de arrendamento	470.606	0
6.01.01.11	Juros sobre arrendamentos	-7.137	0
6.01.01.12	Provisão para perdas de crédito esperadas	225.386	0
6.01.01.13	Planos de incentivo a longo prazo	5.031	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-881.720	0
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-439.558	0
6.01.02.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	95.864	0
6.01.02.03	Estoques	-30.280	0
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-402.933	0
6.01.02.05	Depósitos judiciais	10.400	0
6.01.02.06	Outros ativos	24.007	0
6.01.02.07	Obrigações trabalhistas	60.842	0
6.01.02.08	Fornecedores	63.502	0
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	58.562	0
6.01.02.10	Autorizações a pagar	7.641	0
6.01.02.11	Pagamentos de processos judiciais e administrativos	-104.243	0
6.01.02.12	Receitas diferidas	-157.711	0
6.01.02.13	Outros passivos	-67.813	0
6.01.03	Outros	-157.826	0
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-157.826	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-904.592	0
6.02.01	Resgates de títulos e valores mobiliários	2.200.035	0
6.02.02	Aplicações de títulos e valores mobiliários	-1.718.608	0
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-1.353.901	0
6.02.04	Pagamento em aquisição da V8, líquido do caixa adquirido	-42.728	0
6.02.05	Outros	10.610	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.349.976	0
6.03.01	Amortização de empréstimos e financiamentos	-70.547	0
6.03.02	Juros pagos – Empréstimos e financiamentos	-4.823	0
6.03.03	Pagamento de passivo de arrendamento	-374.145	0
6.03.04	Juros pagos sobre passivo de arrendamento	-479.989	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.03.05	Pagamentos pelas operações de grupamento e desdobramento de ações	-112	0
6.03.06	Incentivos de arrendamentos recebidos	65.786	0
6.03.07	Instrumentos financeiros derivativos	-7.993	0
6.03.08	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-478.153	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	411.444	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.610.324	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.021.768	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	309.697	10.192.763	0	-2.960	23.977.391	0	23.977.391
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	309.697	10.192.763	0	-2.960	23.977.391	0	23.977.391
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.031	10.609	-390.000	0	-374.360	0	-374.360
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	0	5.031
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	5.031	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	10.609	0	10.609
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-390.000	0	-390.000	0	-390.000
5.04.08	Plano de incentivo a longo prazo	0	5.031	0	0	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos/JSCP não reclamados	0	0	10.609	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	817.093	0	817.093	0	817.093
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	817.093	0	817.093	0	817.093
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	314.728	10.203.372	427.093	-2.960	24.420.124	0	24.420.124

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636	0	26.404.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636	0	26.404.636
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.711	-2.540.000	-200.000	0	-2.746.711	0	-2.746.711
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.310	0	0	0	6.310	0	6.310
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-13.021	0	0	0	-13.021	0	-13.021
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.050.000	0	0	-2.050.000	0	-2.050.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-490.000	-200.000	0	-690.000	0	-690.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	797.622	0	797.622	0	797.622
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	797.622	0	797.622	0	797.622
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	362.858	10.019.460	597.622	-2.284	24.455.547	0	24.455.547

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	7.616.255	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.841.641	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-225.386	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.275.907	0
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.398.609	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-877.298	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.340.348	0
7.04	Retenções	-1.738.642	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.738.642	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.601.706	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	405.748	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-28.077	0
7.06.02	Receitas Financeiras	433.825	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.007.454	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.007.454	0
7.08.01	Pessoal	313.837	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	200.824	0
7.08.01.02	Benefícios	80.463	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	21.180	0
7.08.01.04	Outros	11.370	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.600.151	0
7.08.02.01	Federais	798.763	0
7.08.02.02	Estaduais	767.742	0
7.08.02.03	Municipais	33.646	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.276.251	0
7.08.03.01	Juros	953.900	0
7.08.03.02	Aluguéis	322.351	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	817.093	0
7.08.04.02	Dividendos	390.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	427.093	0
7.08.05	Outros	122	0



Comentário do Desempenho

1T26 | RELEASE DE RESULTADOS



A jornada de 2026 inicia com avanços consistentes no primeiro trimestre

RECEITA DE SERVIÇOS

6,5% A/A
(1T26)

Crescimento impulsionado pelos avanços no Móvel e na Ultrafibra

RECEITA SERVIÇO MÓVEL

5,6% A/A
(1T26)

Sólido desempenho do pós-pago e ritmo estável de desaceleração do pré-pago

RECEITA DO PÓS-PAGO

7,5% A/A
(1T26)

Evolução consistente de receita acompanhada do crescimento da base de clientes

EBITDA-AL

7,8% A/A
(1T26)

Forte crescimento com expansão de margem: **37,1%** (+0,5 p.p. A/A)

FLUXO DE CAIXA OP.

16,8% A/A
(1T26)

Geração de caixa, com aumento de Margem: **17,2%** (+1,5 p.p. A/A)

REMUNERAÇÃO ACIONISTA

R\$ 390 Mi
(1T26)

Anunciados como Juros sobre Capital Próprio até março de 2026

Aquisição da V8.Tech: Juntos, somos mais do que a soma das nossas partes.



V8.TECH EM POUCAS PALAVRAS:

- 10 anos de história, com mais de 240 clientes e aproximadamente 300 colaboradores
- Soluções convergentes para a TIM em IoT e IA aplicadas aos segmentos de negócios
- R\$ 40 mi de receita líquida em fev e mar/26

V8 + TIM: MULTIPLICANDO O POTENCIAL

Escala, capilaridade e capacidade de expandir o escopo de atuação em contas nas quais a V8.Tech já opera



Relacionamentos consolidados em contas estratégicas, profundo conhecimento técnico e rapidez na execução

Nova parceria financeira com PicPay: Expansão do ecossistema digital



- Parceria com o PicPay amplia o ecossistema digital da TIM e marca o retorno aos serviços financeiros
- Acesso a uma base de 67 milhões de contas e a um dos maiores bancos digitais do país
- Criação de novas avenidas de receita via cross-selling e fidelização
- Oferta integrada de serviços financeiros com jornadas 100% digitais. Benefícios ao cliente atrelados à fidelização (cashback, vouchers e marketplace)



Execução do programa de IA: primeiras entregas já se traduzem em benefícios iniciais



DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE ACESSO ADADOS E JORNADA DIGITAL

- Implantação de agentes de IA ao longo do ciclo de vida de desenvolvimento de software para aumentar a produtividade, otimizar o Capex e acelerar o time-to-market: **+22% de ganhos de produtividade**
- Evolução da camada de dados dos canais digitais para uma arquitetura em nuvem preparada para IA (Bigtable), otimizando a experiência digital: **+60% de eficiência nos custos de licença**

ACELERANDO A IA E AMPLIANDO GANHOS

- Parcerias: expansão com Microsoft e Google acelera adoção de IA
- Escalar Agentic -AI: base para novos modelos operacionais
- Aplicação de AI FinOps

* EBITDAe Lucro Líquido normalizados conforme itens apontados em suas respectivas seções EBITDAAL excluindo o impacto das multas do descomissionamento dos sites. Fluxo de Caixa Operacional ("FCO") representa o EBITDAAL (-) Capex



Comentário do Desempenho

1T26 | RELEASE DE RESULTADOS



DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Descrição	1T26	1T25	%A/A	4T25	%T/T
FINANCEIRO (R\$ milhões)					
Receita Líquida	6.806	6.394	6,5%	6.920	-1,6%
Receita de Serviços	6.644	6.240	6,5%	6.665	-0,3%
Serviço Móvel	6.253	5.922	5,6%	6.305	-0,8%
Serviço Fixo	391	319	22,8%	359	8,9%
Custos Normalizados* da Operação	(3.519)	(3.310)	6,3%	(3.248)	8,3%
EBITDA Normalizado*	3.287	3.084	6,6%	3.672	-10,5%
Margem EBITDA Normalizada*	48,3%	48,2%	0,1p.p.	53,1%	-4,8p.p.
EBITDA-AL Normalizado*	2.523	2.340	7,8%	2.921	-13,6%
Margem EBITDA-AL Normalizada*	37,1%	36,6%	0,5p.p.	42,2%	-5,1p.p.
Lucro Líquido Normalizado*	821	810	1,3%	1.349	-39,1%
Capex	(1.354)	(1.339)	1,1%	(1.347)	0,5%
FCO (EBITDA-AL Normalizado* - Capex)	1.169	1.001	16,8%	1.574	-25,7%
OPERACIONAL ('000)					
Base Móvel de Clientes	61.986	62.039	-0,1%	61.974	0,02%
Pré-pago	28.871	31.269	-7,7%	29.226	-1,2%
Pós-pago	33.116	30.770	7,6%	32.748	1,1%
Base de Clientes TIM Ultrafibra	880	790	11,4%	850	3,6%

* EBITDA normalizado por efeitos não recorrentes nos Custos e Despesas Operacionais (+R\$ 6,0 milhões no 1T26 e +R\$ 19,0 milhões no 1T25). Lucro Líquido normalizado por efeitos não recorrentes no EBITDA e no IR/CS (-R\$ 2,0 milhões no 1T26 e -R\$ 6,5 milhões no 1T25). EBITDAAL excluindo o impacto das multas do descomissionamento dos sites.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONFERÊNCIA DE RESULTADOS

6 de maio de 2026, às:
10h (BRT) / 9h (US EST)
Videoconferência (Zoom): [Clique aqui](#)

CONTATOS

E-mail: ri@timbrasil.com.br
Website: ri.tim.com.br

Comentário do Desempenho

EVENTOS RECENTES E SUBSEQUENTES



Remuneração aos Acionistas

No dia 18 de março de 2026, o Conselho de Administração da TIM S.A. aprovou a distribuição de Juros sobre Capital Próprio nos montantes de R\$ 390 milhões. Para mais detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A.: [Arquivamentos](#)



Aquisição da Totalidade das Ações da I-Systems

No dia 11 de fevereiro de 2026, a TIM S.A. comunicou ao mercado que celebrou, nesta data, um Share Purchase Agreement, com a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS Brasil"), que regula os termos e condições para aquisição, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da I-Systems ("I-Systems") atualmente detidas pela IHS Brasil, correspondentes a 51% do capital social total da I-Systems. Após a conclusão da operação, a TIM S.A., que já possuía 49% das ações da I-Systems, passará a deter a totalidade das ações. A conclusão da transação está sujeita a aprovações societárias e de órgãos responsáveis. Para mais detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A.: [Arquivamentos](#)

Comentário do Desempenho

DESTAQUES FINANCEIROS

RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL

Descrição	1T26	1T25	% A/A	4T25	% T/T
R\$ milhões					
Receita Líquida Total	6.806	6.394	6,5%	6.920	-1,6%
Receita de Serviços	6.644	6.240	6,5%	6.665	-0,3%
Serviço Móvel	6.253	5.922	5,6%	6.305	-0,8%
Gerada pelo Cliente	5.819	5.542	5,0%	5.897	-1,3%
Interconexão	110	84	31,5%	82	33,8%
Plataforma de Clientes	26	22	20,9%	48	-45,2%
Outras Receitas	298	274	8,8%	279	7,0%
Serviço Fixo	391	319	22,8%	359	8,9%
dos quais TM Ultrafibra	243	218	11,4%	238	2,0%
Receita de Produtos	162	153	5,4%	255	-36,7%

Receita Líquida Total (“RL”): R\$ 6.806 milhões no 1T26 (+6,5% A/A)

A Receita Líquida Total registrou mais um crescimento consistente, apoiada pelo avanço nas principais frentes, com evolução nas receitas de Serviços e de Produtos.

Receita de Serviços (+6,5% A/A no 1T26)

O avanço foi apoiado por mais um resultado sólido do pós-pago e pela aceleração do desempenho positivo da Ultrafibra.

Receita de Produtos (+5,4% A/A no 1T26)

A performance positiva foi impulsionada pelo expressivo crescimento nas vendas de aparelhos e acessórios, refletindo a forte demanda do mercado neste trimestre. Além disso, diferentemente do 1T25, quando enfrentamos uma falha eventual de abastecimento, neste período conseguimos assegurar melhor disponibilidade de produtos, o que também contribuiu para o resultado alcançado.

Comentário do Desempenho

SEGMENTO MÓVEL:

Receita de Serviço Móvel (“RSM”) (+5,6% A/A no 1T26) | ARPU Móvel (R\$ 33,7; +5,8% A/A)

O desempenho da RSM refletiu mais uma vez a consistência do pós-pago, que segue como principal motor de crescimento do segmento. Esse resultado levou o ARPU a mais uma evolução robusta, destacando o foco na geração de valor apoiado na estratégia de proporcionar aos clientes o ‘Melhor serviço, rede e oferta’.

❏ Receita Gerada pelo Cliente (“RGC”) (+5,0% A/A no 1T26)

RGC corresponde à RSM após a exclusão das receitas de interconexão, plataforma de clientes e outras. O desempenho foi positivamente influenciado por duas linhas de receita: clientes TIM (pós e pré-pagos) e clientes ‘não-TIM’, sobretudo serviços de roaming internacional, que normalmente apresentam impacto favorável no primeiro trimestre.

❏ Receita de Interconexão (+31,5% A/A no 1T26)

Esse crescimento é explicado, principalmente, pelo fechamento de acordos com outras operadoras.

❏ Receita de Plataforma de Clientes (+20,9% A/A no 1T26)

O aumento foi impulsionado por resultados positivos em nossas principais frentes de publicidade móvel, segurança digital e saúde.

❏ Outras Receitas (+8,8% A/A no 1T26)

O crescimento reflete contribuição de receitas de contratos de compartilhamento de infraestrutura.

A seguir, o desempenho por perfil de cliente móvel:

❏ PÓS-PAGO

Receita (+7,5% A/A no 1T26) | ARPU ex-M2M (R\$ 55,1; +1,6% A/A)

O resultado do pós-pago evidencia a monetização da base de clientes, explicada pelos reajustes de preços aplicados às ofertas e por um processo consistente de migração para planos de maior valor ao longo do trimestre. Essa dinâmica, aliada ao crescimento da base de clientes (+7,6% A/A) e a um patamar de churn controlado, contribuiu para o desempenho positivo do segmento.

❏ PRÉ-PAGO

Receita (-6,5% A/A no 1T26) | ARPU (R\$ 14,1; +1,6% A/A)

O pré-pago manteve a trajetória de estabilização observada desde o 3T25, mesmo em um contexto marcado por fatores sazonais típicos do primeiro trimestre, como o Carnaval, e pelo movimento contínuo de migração de clientes para os planos Controle.

Comentário do Desempenho

SEGMENTO FIXO

Receita de Serviço Fixo (“RSF”) (+22,8% A/A no 1T26)

A performance da RSF teve como principal motor a receita da Ultrafibra, que vem se recuperando nos últimos dois trimestres. Adicionalmente, com a conclusão da aquisição da totalidade do capital social da V8 Consulting S.A. (“V8” ou “V8.Tech”), a receita proveniente desse ativo passou a ser consolidada no segmento fixo, atuando como um segundo impulsionador do desempenho.

TIM ULTRAFIBRA

Receita (+11,4% A/A no 1T26) | ARPU FTTH (R\$ 93,8; +3,2% A/A)

A TIM Ultrafibra registrou crescimento por mais um trimestre, como resultado do aprimoramento dos serviços de banda larga e dos canais de atendimento e vendas. Isso se refletiu em 36 mil adições líquidas do FTTH no 1T26, levando a base total a 880 mil clientes (sendo praticamente 100% composta por FTTH). Esse avanço foi acompanhado por uma melhora no perfil da base, com foco em clientes premium – 92% da base já operando em velocidades de 400 Mbps ou superiores.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	1T26	1T25	% A/A	4T25	% T/T
R\$ milhões					
Custos Reportados da Operação	(3 525)	(3 329)	5,9%	(3 275)	7,6%
Custos Normalizados* da Operação	(3 519)	(3 310)	6,3%	(3 248)	8,3%
Pessoal	(383)	(358)	6,9%	(360)	6,3%
Comercialização	(936)	(963)	-2,8%	(906)	3,3%
Rede e Interconexão	(1 496)	(1 322)	13,2%	(1 146)	30,5%
Gerais e Administrativos	(221)	(211)	4,9%	(209)	5,7%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(225)	(209)	7,6%	(363)	-38,1%
Provisão para Devedores Duvidosos	(225)	(182)	23,8%	(201)	12,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	(33)	(66)	-49,9%	(63)	-47,5%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(3 294)	(3 101)	6,2%	(2 885)	14,2%

* Custos da Operação normalizados por: custos com serviços de consultoria para projetos estratégicos (+R\$ 6,0 milhões no 1T26), e custos com serviços jurídicos no âmbito do encerramento da disputa com o antigo parceiro de serviços financeiros (+R\$ 19,0 milhões no 1T25).

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais: R\$ 3.519 milhões no 1T26 (+6,3% A/A; 51,7% da RL)

O resultado dos Custos e Despesas Operacionais Normalizados foi influenciado principalmente por maiores pressões nas linhas de rede e interconexão, além do incremento de custos atrelados a V8.Tech.

✚ Pessoal: (+6,9% A/A no 1T26; 5,6% da RL)

O crescimento é explicado, principalmente, pelos reajustes anuais de salários e benefícios, além do aumento de outros encargos relacionados aos colaboradores.

✚ Comercialização (-2,8% A/A no 1T26; 13,8% da RL)

A queda é explicada por: (i) apesar do início do novo patrocínio do Big Brother Brasil, as despesas com publicidade foram menores na comparação anual, refletindo uma alocação mais equilibrada das campanhas ao longo do período; e (ii) menores gastos associados à gestão operacional de clientes, incluindo atividades de atendimento, cobrança e pagamentos, viabilizados pelo processo contínuo de digitalização.

✚ Rede e Interconexão (+13,2% A/A no 1T26; 22,0% da RL)

O aumento reflete: (i) maiores custos de tráfego em serviços de roaming internacional, parcialmente impactado por efeito sazonal; (ii) crescimento de gastos com provedores de conteúdo digital; e (iii) maiores despesas em contratos de compartilhamento de infraestrutura.

✚ Gerais e Administrativas ("G&A")¹ (+4,9% A/A no 1T26; 3,3% da RL)

O aumento decorre de custos adicionais relacionados à contratação de serviços especializados de fornecedores terceiros.

✚ Custo de Mercadorias Vendidas ("CMV") (+7,6% A/A no 1T26; 3,3% da RL)

O crescimento acompanha o aumento da receita de produtos, impulsionado pela maior venda de aparelhos e acessórios.

✚ Provisões para Devedores Duvidosos ("PDD") (+23,8% A/A no 1T26; 3,3% da RL) | % Receita Bruta Total (2,1%; +0,2 p.p. A/A)

O aumento é explicado, principalmente, pela maior exposição da base de clientes à inadimplência, em função do consistente crescimento do pós-pago, que atualmente representa 53% da base total. Como resultado, o indicador de PDD sobre a Receita Bruta Total atingiu 2,1%.

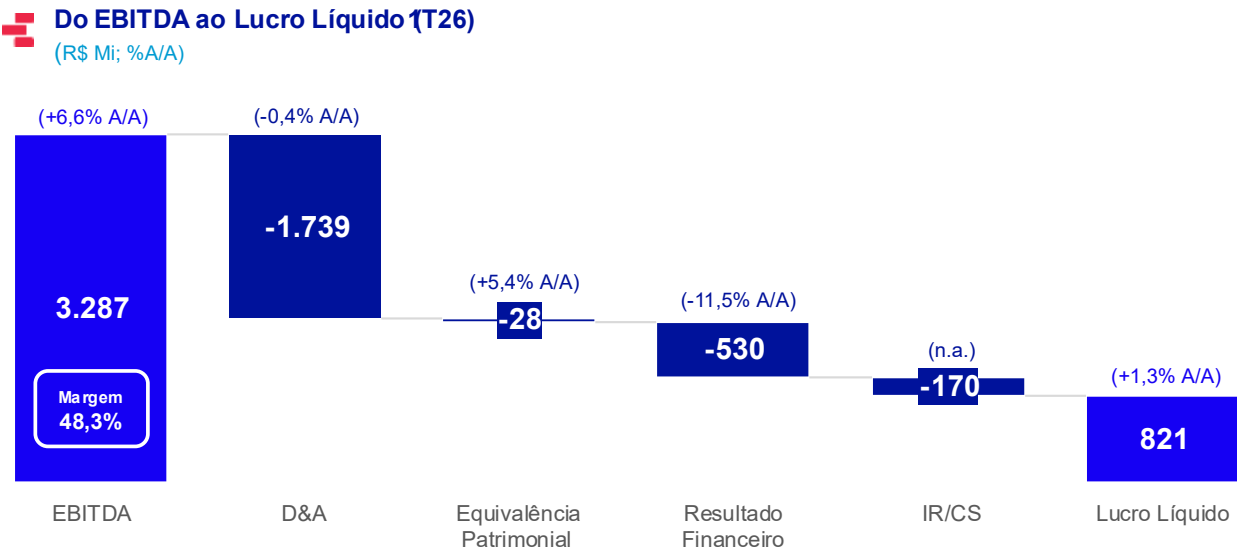
✚ Outras Despesas (Receitas) Operacionais (-49,9% A/A no 1T26; 0,5% da RL)

A redução é explicada pela combinação de três fatores: efeitos favoráveis da renegociação contratual com a American Towers do Brasil – Cessão de Infraestrutura S.A. ("ATC"), limitados pelo maior volume de provisões para contingências e pelo aumento de despesas com as taxas FUST/FUNTTEL.

¹ A linha de G&A teve impacto não recorrente de R\$ 6,0 milhões no 1T26, referente a custos com serviços de consultoria para projetos estratégicos, e de R\$ 19,0 milhões no 1T25, relativos a serviços jurídicos no âmbito do encerramento da disputa com o antigo parceiro de serviços financeiros.

Comentário do Desempenho

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

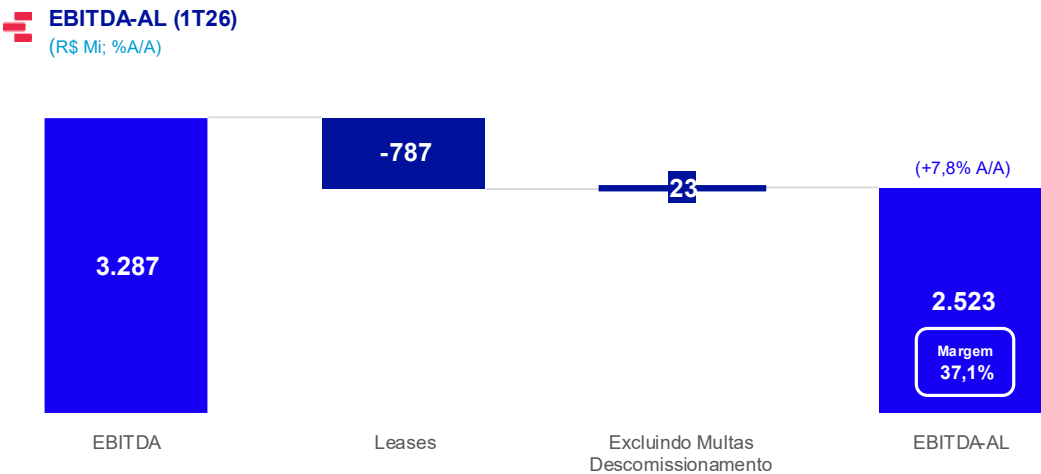


EBITDA²: R\$ 3.287 milhões no 1T26 (+6,6% A/A) | Margem: 48,3% (+0,1 p.p. A/A)

O EBITDA (“Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação, Amortização e Equivalência Patrimonial”) Normalizado apresentou crescimento consistente, sustentado pela expansão da receita e pelo controle das despesas operacionais, resultando em manutenção da margem.

EBITDA-AL³: R\$ 2.523 milhões no 1T26 (+7,8% A/A) | Margem-AL: 37,1% (+0,5 p.p. A/A)

EBITDA-AL (“After Lease”) Normalizado corresponde ao EBITDA Normalizado após a incorporação dos efeitos dos arrendamentos (“leases”). O indicador apresentou crescimento no trimestre, sustentado pela expansão do resultado operacional e pelo controle dos impactos dos leases.



² EBITDA normalizado por efeitos não recorrentes nos Custos e Despesas Operacionais (+R\$ 6,0 milhões no 1T26 e +R\$ 19,0 milhões no 1T25).

³ EBITDA-AL normalizado por efeitos não recorrentes no EBITDA e excluindo o impacto das multas do descomissionamento dos sites.

Comentário do Desempenho

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ("D&A")

Descrição	1T26	1T25	% A/A	4T25	% T/T
<i>R\$ milhões</i>					
Depreciação	(1.234)	(1.266)	-2,6%	(1.273)	-3,1%
dos quais Depreciação de Arrendamentos	(443)	(415)	6,7%	(428)	3,5%
Amortização	(505)	(479)	5,3%	(504)	0,1%
D & A Total	(1.739)	(1.746)	-0,4%	(1.777)	-2,2%

D&A (-0,4% A/A no 1T26)

O resultado reflete o efeito combinado de: (i) menor depreciação de infraestrutura e equipamentos de telecomunicação; (ii) maior depreciação de direitos de uso de arrendamentos; e (iii) maior amortização de softwares.

RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	1T26	1T25	% A/A	4T25	% T/T
<i>R\$ milhões</i>					
Itens Caixa	(560)	(417)	34,2%	(397)	41,0%
Juros sobre Dívidas Financeiras (Líquido de Derivativos)	(77)	(68)	13,2%	(85)	-9,6%
Juros relacionados a Caixa e Equivalentes de Caixa	199	167	18,9%	239	-16,8%
Juros sobre Arrendamentos	(463)	(372)	24,5%	(419)	10,6%
Outros	(218)	(144)	51,4%	(131)	65,8%
Itens Não Caixa	30	(181)	n.a.	31	-2,9%
Marcação a Mercado de Derivativos	30	(20)	n.a.	31	-2,9%
Marcação a Mercado do C6	-	(166)	n.a.	-	n.a.
Outros	-	5	n.a.	-	n.a.
Resultado Financeiro Líquido	(530)	(598)	-11,5%	(366)	44,6%

Resultado Financeiro (-11,5% A/A no 1T26)

A melhora decorre de (i) efeito favorável no comparativo anual relativo ao ajuste de valor do ativo firmado no acordo com o antigo parceiro de serviços financeiros no 1T25; (ii) efeito positivo da marcação a mercado dos contratos de derivativos; e (iii) maior rendimento das aplicações financeiras; ainda que (iv) parcialmente impactada pelo aumento dos juros sobre arrendamentos.

Comentário do Desempenho

Imposto de Renda e Contribuição Social ("IR/CS")⁴

O IR/CS Normalizado somou -R\$ 170 milhões no 1T26 (alíquota efetiva de -17,1%), vs. R\$ 97 milhões no 1T25 (alíquota efetiva de 13,7%). A variação é explicada principalmente pelo aumento do Lucro Antes dos Impostos ("EBT") no 1T26, aliado a uma menor deliberação de Juros sobre Capital Próprio em comparação ao 1T25 (R\$ 390 milhões vs. R\$ 690 milhões, respectivamente).

Lucro Líquido⁵: R\$ 821 milhões no 1T26 (+1,3% A/A)

O desempenho do Lucro Líquido Normalizado elevou o Lucro por Ação (LPA) Normalizado para R\$ 0,34 no 1T26 frente a R\$ 0,33 no 1T25.

INVESTIMENTOS E FLUXO DE CAIXA

CAPEX

Descrição	1T26	1T25	% A/A	4T25	% T/T
<i>R\$ milhões</i>					
Rede	1.044	1.028	1,6%	871	19,8%
Tie Outros	310	311	-0,4%	475	-34,8%
Capex	1.354	1.339	1,1%	1.347	0,5%
Capex/Receita Líquida	19,9%	20,9%	-1,1p.p.	19,5%	0,4p.p.

Capex: R\$ 1.354 milhões no 1T26 (+1,1% A/A; 19,9% da RL)

O leve aumento reflete uma alocação de investimentos em infraestrutura de rede superior à do mesmo período do ano anterior, em linha com a expansão da cobertura 5G, que alcançou 1.094 cidades até o final de março de 2026. Cabe ressaltar que o Capex segue a sazonalidade esperada para o período.

⁴ A linha de IR/CS teve efeitos não recorrentes no montante de -R\$ 2,0 milhões no 1T26 e -R\$ 6,5 milhões no 1T25.

⁵ Lucro Líquido normalizado por efeitos não recorrentes no EBITDA e IR/CS.

Comentário do Desempenho

FLUXO DE CAIXA

Descrição	1T26	1T25	% A/A	4T25	% T/T
R\$ milhões					
EBITDA Reportado	3.281	3.065	7,1%	3.645	-10,0%
Capex	(1.354)	(1.339)	1,1%	(1.347)	0,5%
EBITDA Reportado - Capex	1.927	1.726	11,7%	2.299	-16,2%
Δ Capital de Giro e In post. de Renda	(686)	(643)	6,7%	574	n.a.
Pagamento de Leases*	(788)	(788)	-	(767)	2,8%
dos quais Multas	(23)	(31)	-25,6%	(3)	794,2%
Fluxo de Caixa Operacional Livre	453	294	54,0%	2.106	-78,5%

* Foram reconhecidos incentivos sobre o pagamento de leases em linha com as condições contratuais acordadas, reduzindo o valor desembolsado no período (+R\$ 65,8 milhões no 1T26, +R\$ 53,7 milhões no 4T25, e +R\$ 3,8 milhões no 1T25).

Fluxo de Caixa Operacional (“FCO”): R\$ 1.169 milhões no 1T26 (+16,8% A/A) | Margem: 17,2% (+1,5 p.p. A/A).

A evolução do fluxo de caixa operacional é fruto da consistência operacional da Companhia, combinada com uma gestão eficiente da alocação de recursos. O FCO corresponde ao EBITDA-AL Normalizado (-) Capex.

Fluxo de Caixa Operacional Livre (“FCOL”): R\$ 453 milhões no 1T26 (+54,0% A/A)

O FCOL reflete a performance operacional positiva, parcialmente afetada por um efeito mais negativo de capital de giro e impostos em relação ao 1T25. Esse efeito decorreu, principalmente, de um aumento na linha de contas a receber de wholesale e de um maior desembolso com impostos, parcialmente mitigados por uma melhor dinâmica de contas a pagar.

POSIÇÃO DE CAIXA

As posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 5.871 milhões ao final de março de 2026, representando um aumento de 10,2% A/A, resultado da geração de caixa operacional no período.

É válido destacar ainda que o pagamento integral da TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento), que compõe a taxa Fistel, está suspenso desde 2020. O montante total registrado até 31 de março de 2026 foi de R\$ 4,6 bilhões, sendo R\$ 3,3 bilhões de principal e R\$ 1,2 bilhão de juros moratórios incidentes.

Comentário do Desempenho

DÍVIDA

PERFIL DA DÍVIDA

Emissões	Moeda	Taxa de Juros	Vencimento	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
R\$ milhões						
Debêntures	BRL	IPCA + 4,0432% a.a.	06/28	714	1.385	2.099
BNDES Finance	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	56	260	316
V8.Tech	BRL	CDI + 2,42% a CDI + 6,80%	04/26 a 04/28	23	39	62
BNB	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	185	170	355
Dívida Financeira Total				979	1.853	2.832
Libença (5G)	BRL	Selic	12/40	70	923	993
Dívida Total Antes do Lease				1.049	2.776	3.825
Lease Total	BRL	IPCA/IGPM (13,94% a.a.)	07/50	1.609	12.068	13.677
Dívida Total				2.658	14.843	17.502

DÍVIDA LÍQUIDA

DÍVIDA LP POR VENCIMENTO

Descrição	1T26	4T25	3T25	2T25	Ano	Pro-Forma	Incluindo IFRS 9, 15 e 16
R\$ milhões					R\$ milhões		
Dívida de Curto Prazo	979	926	955	951	2027	968	2.126
Dívida de Longo Prazo	1.853	1.853	1.900	1.955	2028	864	2.581
Dívida Financeira Total	2.832	2.779	2.855	2.906	2029	126	1.719
Caixa e Equivalentes de Caixa + TVM	(5.871)	(5.885)	(6.529)	(5.474)	2030	126	1.414
Derivativos Líquidos-ex C6	(311)	(283)	(195)	(214)	Após 2030	692	7.004
Dívida Financeira Líquida	(3.350)	(3.389)	(3.868)	(2.781)	Dívida Total	2.776	14.843
Libença (5G)	993	971	1.015	989			
Dívida Líquida AL	(2.357)	(2.418)	(2.853)	(1.792)			
Lease Total	13.677	13.531	13.264	13.075			
Dívida Líquida Total	11.320	11.112	10.411	11.283			
Dívida Líquida AL/EBITDA AL Normalizado*	-0,22x	-0,23x	-0,28x	-0,18x			
Dívida Líquida Total/EBITDA Normalizado	0,82x	0,82x	0,79x	0,87x			

*EBITDA 12M "após o pagamento de leases", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a leases financeiros.

A Dívida Total pós-hedge (incluindo os derivativos líquidos no valor de R\$ 311 milhões) totalizou R\$ 17.191 milhões ao final de março de 2026, um aumento de R\$ 814 milhões vs. 1T25. A elevação da dívida resulta da combinação entre o aumento dos leases e a redução parcial da dívida financeira total. Adicionalmente, no 1T26 houve a consolidação da dívida financeira relativa à V8.Tech.



Comentário do Desempenho

PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Ecossistema Digital

Serviços de Segurança



Na vertical de Seguros, a parceria estratégica com a EXA apresentou rápida tração comercial desde o início das operações, atingindo, no último trimestre, penetração de aproximadamente 32% sobre a venda de aparelhos. A velocidade de chegada a esse patamar de penetração reforça a elevada aderência da solução de seguros ao momento de compra do cliente, bem como o relevante potencial de monetização incremental da vertical. Esses fatores consolidam os seguros como um componente estratégico, com espaço significativo para expansão.

Serviços de Saúde



A parceria estratégica com o Cartão de Todos já alcançou mais de 1,4 milhão de clientes TIM registrados na plataforma, com aproximadamente 278 mil famílias possuindo assinaturas, evidenciando forte tração e ampla aderência da oferta à nossa base. Os resultados demonstram um crescimento consistente ao longo do tempo, com evolução contínua da base de assinantes e consolidação do serviço como uma das principais propostas de valor no ecossistema de saúde. Esses indicadores reforçam a assertividade da estratégia adotada, a qualidade do parceiro escolhido e o relevante potencial de conversão e monetização da base TIM por meio de serviços de valor agregado.

Serviços Financeiros



A TIM firmou uma nova parceria com o PicPay – terceiro maior banco digital do país –, voltada à ampliação da oferta de serviços financeiros e digitais e à geração de benefícios cruzados para as bases das duas companhias. O acordo conecta os ecossistemas da TIM e do PicPay, estimulando engajamento, recorrência e fidelização dos clientes, além de criar novas oportunidades de monetização. A iniciativa reforça a retomada estruturada do pilar de serviços financeiros da TIM.

Já a nossa parceria estratégica com a KSK (Kasinski Consórcio) registra mais de 683 mil clientes TIM cadastrados na plataforma, demonstrando a relevância da TIM como canal de distribuição digital para produtos de consórcio e soluções financeiras. Esses indicadores reforçam o consórcio como um novo modelo de aquisição de aparelhos, além do potencial de crescimento e monetização da vertical à medida que a operação amadurece e os níveis de conversão continuam a evoluir.

Comentário do Desempenho

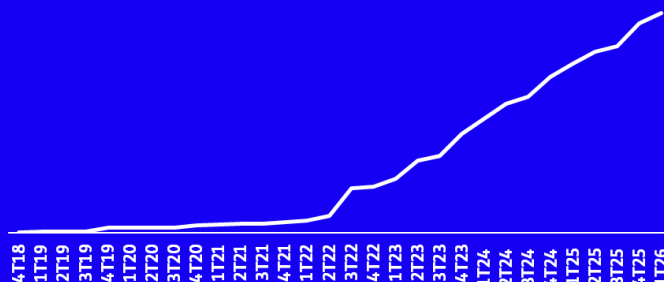


BUSINESS-TO-BUSINESS (B2B)

A receita total contratada de B2B IoT totalizou **R\$ 1,08 bilhão** no 1T26, com 36% de contribuição do setor agrícola, 40% das iniciativas de logística e 19% dos projetos voltados para o setor de Utilities.

Receita Total Contratada

R\$ 1,08 Bi



AVANÇO NO B2B COM NOVA PARCERIA E AQUISIÇÃO DA V8.TECH

RECEITA CONTRATADA:
R\$ 1,08 Bi
Atingidos em contratos B2B



AGRONEGÓCIO

~27,3 Mi

de hectares cobertos com 4G (+32% A/A)



UTILITIES

+479 mil

de pontos de luz inteligentes vendidos (+33% A/A)



LOGÍSTICA

11.069 Km

de estradas cobertas (+86% A/A)

PARCERIA COM AXIA:
Primeira usina hidrelétrica com 5G

AVANÇO PARA UMA NOVA FRENTE

19

usinas hidrelétricas com cobertura 4G

5G 1ª

usina hidrelétrica com tecnologia 5G

IMPACTO SOCIAL

478 mil

pessoas beneficiadas

13

escolas públicas atendidas

+4,8 mil

propriedades rurais atendidas

58

Municípios e 66 distritos

AQUISIÇÃO V8.TECH:
Expansão da proposta de valor do B2B

V8 +TIM: MULTIPLICANDO POTENCIAL

Escala, capilaridade e capacidade de expandir o escopo de atuação em contas nas quais a V8.Tech já opera



Relacionamentos consolidados em contas estratégicas, profundo conhecimento técnico e rapidez na execução

SOLUÇÕES CONVERGENTES PARA A TIM

IOT + IA APLICADA A VERTICAIS DE NEGÓCIOS



Publicidade Móvel e Monetização de Dados



No 1T26, a TIM avançou na estratégia de diversificação de receitas, com forte desempenho do TIM Ads e avanços comerciais importantes no Open Gateway. O TIM Ads ampliou sua base de anunciantes e registrou um crescimento acima de 50% no volume de campanhas, impulsionado pela introdução de IA no audience builder e por soluções digitais focadas em performance e mensuração. No âmbito do Open Gateway, a TIM firmou um grande contrato comercial com uma empresa especialista em soluções para comunicação e relacionamento B2B e B2C, alavancando o uso de APIs de rede em casos de antifraude e autenticação e reforçando a monetização das capacidades de rede em linha com a estratégia global da GSMA.

Comentário do Desempenho

INDICADORES OPERACIONAIS

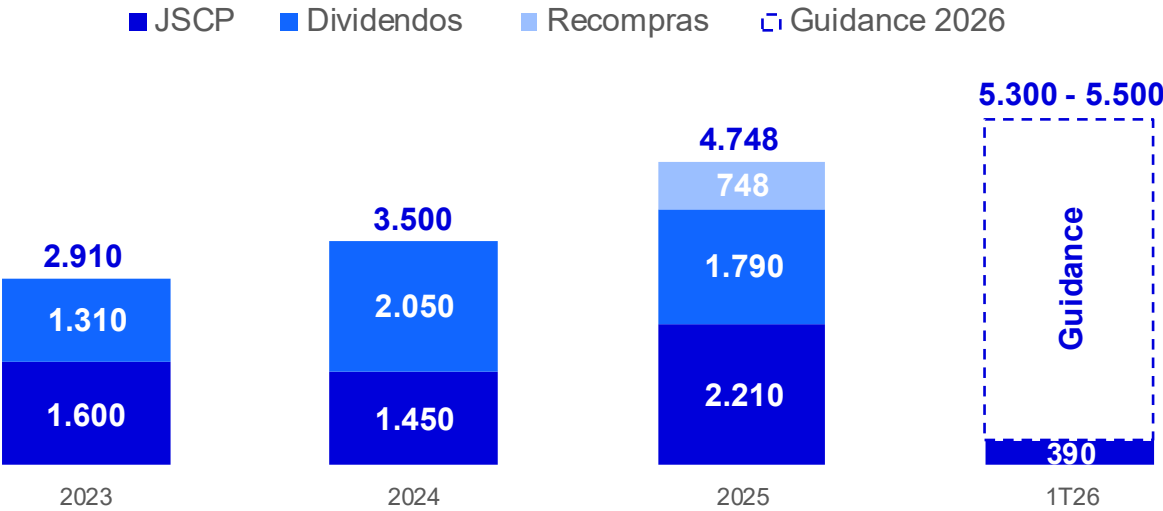
Descrição	1T26	1T25	% A/A	4T25	% T/T
Base M óvel de Clientes ('000)	61.986	62.039	-0,1%	61.974	0,02%
Pré-Pago	28.871	31.269	-7,7%	29.226	-1,2%
Pós-Pago	33.116	30.770	7,6%	32.748	1,1%
Pós-Pago ex-M 2M	25.881	24.513	5,6%	25.694	0,7%
Adições Líquidas Base M óvel ('000)	12	(20)	n.a.	(645)	n.a.
Adições Líquidas Pós-Pago ex-M 2M ('000)	188	275	-31,7%	316	-40,5%
ARPU M óvel (R\$)	33,7	31,9	5,8%	33,7	0,1%
Pré-Pago	14,1	13,8	1,6%	14,8	-5,1%
Pós-Pago	43,6	43,8	-0,4%	43,3	0,6%
Pós-Pago ex-M 2M	55,1	54,3	1,6%	54,8	0,7%
Churn Mensal (%)	2,9%	2,9%	-	3,2%	-0,4p.p.
Market share	22,7%	23,5%	-0,8p.p.	22,9%	-0,2p.p.
Pré-Pago	30,9%	31,2%	-0,2p.p.	30,9%	0,0p.p.
Pós-Pago	18,4%	18,8%	-0,4p.p.	18,6%	-0,2p.p.
Pós-Pago ex-M 2M	20,7%	21,2%	-0,5p.p.	21,0%	-0,3p.p.
Base de Clientes TM Ultrafibra ('000)	880	790	11,4%	850	3,6%
FTTH	876	761	15,1%	840	4,3%
ARPU TM Ultrafibra (R\$)	94,4	93,2	1,3%	95,7	-1,4%

Comentário do Desempenho

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em seu Guidance mais recente ([clique aqui](#)), a TIM S.A. planeja distribuir R\$ 5,3 – 5,5 bilhões em 2026, refletindo o aumento da remuneração nos últimos anos e, para o longo prazo, projeta uma expansão do retorno aos acionistas em linha com o crescimento do fluxo de caixa.

Remuneração aos Acionistas
(R\$ Mi)



Descrição	2023	2024	2025	1T26
Dividend Yield (%)	6,7	10,0	9,3	0,6
Payout (%)	83	87	139	58

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da TIM S.A. são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o ticker TIMS3, e seus ADRs são negociados na New York Stock Exchange (“NYSE”), sob o ticker TIMB.

Descrição	1T26	2025	% A/A
Cotação TIM S3 (R\$)*	27,46	21,34	28,7%
Cotação TIM B (US\$)*	26,49	19,51	35,8%
Quantidade de ações em circulação	2.392.125.889	2.392.125.889	-
Quantidade de ações em tesouraria	3.457.567	3.457.567	-
Lucro por Ação (LPA)	0,34	1,82	n.a.
Preço /Lucro (P/E)	80,0	11,8	n.a.

* Fonte: Site de Relações com Investidores da TIM S.A.: [Ações](#)

Comentário do Desempenho

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Destaques ESG do 1T26

- Pelo 18º ano consecutivo, a TIM foi confirmada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. O resultado mantém a operadora como a empresa de telecomunicações há mais tempo presente no índice, que reúne as companhias com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança do mercado brasileiro.
- TIM divulgou seu [22º Relatório ESG](#), reforçando seu compromisso com a transparência aos seus stakeholders. Entre os principais resultados das metas do seu Plano ESG, a Companhia aumentou em 129% a eficiência energética no tráfego de dados, reciclou ou reaproveitou, 99,7% de resíduos e manteve 100% da energia elétrica adquirida de fontes renováveis (com aquisição de I-RECs). No pilar social, alcançou 36,3% de mulheres e 21,3% de pessoas negras em cargos de liderança, além de atingir 52,6% de mulheres em novas contratações.
- No final do primeiro trimestre, o Grupo TIM publicou seu [Relatório de Sustentabilidade 2025](#), elaborado conforme as diretrizes da Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), transpostas para a legislação italiana pelo Decreto Legislativo 125/2024, e em linha com os Padrões ESRS e a Taxonomia Europeia. Como integrante do Grupo, a TIM Brasil contribuiu com informações nas dimensões ambientais, sociais e de governança.
- No Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas, celebrado no dia 16 de março de 2026, a TIM anunciou a ativação do 5G na Antártica, ampliando o suporte à pesquisa científica brasileira. Na Estação Antártica Comandante Ferraz, há 27 pesquisas dedicadas ao meio ambiente, sendo 19 voltadas especificamente ao entendimento dessas mudanças. A chegada do 5G ao continente é resultado do acordo firmado no fim de 2025 entre a TIM, a Marinha do Brasil, o Ministério das Comunicações e a Anatel.
- A TIM e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) formalizaram a assinatura de um Memorando de Entendimento (MOU) para colaboração estratégica no AgForest Lab – novo laboratório dedicado ao desenvolvimento de sistemas agroflorestais escaláveis (SAFs) no bioma amazônico. A iniciativa será implementada em 2026 em um campo experimental da Embrapa na Amazônia Oriental, em Belém (PA). A TIM fornecerá a infraestrutura de conectividade 5G/4G e soluções IoT para monitoramento, rastreabilidade e integração digital no campo.
- O TIM Smart Lighting foi a tecnologia escolhida pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para modernizar o sistema de iluminação pública do seu Campus principal. A solução, desenvolvida pela TIM em parceria com a M2M, será implementada por meio de uma parceria entre a operadora e a universidade. A expectativa é que a iniciativa reduza o consumo de energia em até 70%.
- Pelo quarto ano consecutivo, a TIM foi reconhecida como líder na categoria Qualidade Consistente no Relatório de Experiência da Rede Móvel da Opensignal, empresa independente de análise de redes móveis. A operadora conquistou também a primeira colocação na categoria Experiência de Confiabilidade e ofereceu o Melhor Streaming de Vídeo do mercado, reflexo do seu compromisso de investimentos contínuos na sua rede para oferecer uma experiência diferenciada para seus clientes.

Comentário do Desempenho

-  Com safra recorde – mais de 14 mil toneladas – a Fazenda Conectada Case IH, marca da CNH, transformou seus mais de três mil hectares em um laboratório de inovação e produtividade utilizando a conectividade do 4G da TIM. O uso de tecnologias de ponta, desde o preparo do solo até a colheita, garantiu menor custo de produção e maior rendimento, além de importantes ganhos ambientais. Dados comparativos entre as safras 23/24 e 24/25, mostraram uma redução de 23,6% de toneladas de CO₂e por saca de soja e uma economia de 32% no consumo de combustível.
-  Em linha com o compromisso de aumentar sua eficiência energética, a TIM terminou o 1º trimestre com 136 usinas do projeto Geração Distribuída (GD) em operação. Com predominância de plantas solares (119), além de 12 hidroelétricas, duas de biogás e três de gás natural, a GD é responsável por cerca de 65% da energia utilizada pela Companhia. Além disso, 100% da energia elétrica adquirida pela TIM é oriunda de fontes renováveis (com aquisição de I-RECs).
-  A TIM encerrou o 1º trimestre com 1.890 biosites ativos em sua rede. Essas estruturas, similares a um poste comum, são uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico, menor custo e rápida instalação. Há mais de dez anos, TIM leva a tecnologia dos biosites para todas as regiões do Brasil, investindo em modelos cada vez mais modernos e sustentáveis.

Para acessar o informe trimestral de ESG, acesse: [Arquivamentos](#)

Comentário do Desempenho

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2026 ("1T26"), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Estas não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

1.1. Estrutura societária

A TIM S.A. (“TIM” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detém 67,48 % do capital social da TIM S.A. em 31 de março de 2026 (67,48 % em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Adicionalmente, a TIM possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em 31 de março de 2026, a TIM detém participação societária de 49% (49% em 31 de dezembro de 2025) na companhia I-Systems (coligada) e 100% na companhia V8.Tech Consulting S.A. (“V8”), controlada integralmente.

1.2. Combinação de negócios (IFRS 3/CPC 15 (R1))

1.2.1. Descrição da transação

Em 26 de novembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de 100% do capital social da V8 Consulting S.A. (“V8.Tech” ou “adquirida”), empresa de tecnologia fundada em 2014, especializada na integração de soluções digitais e prestação de serviços gerenciados, com previsão de pagamentos adicionais variáveis (*earn-outs*). A operação, alinhada à estratégia da TIM de fortalecimento do segmento B2B, esteve condicionada ao cumprimento de condições precedentes, incluindo a aprovação pelo CADE em 19 de dezembro de 2025, e o cumprimento de outras condições. O fechamento da aquisição pela TIM ocorreu em 30 de janeiro de 2026, data a partir da qual a Companhia passou a deter o controle da adquirida.

1.2.2. Contraprestação transferida

A contraprestação transferida pela aquisição foi composta conforme demonstrado abaixo:

Componentes da contraprestação	
Valor pago em caixa na aquisição(i)	90.016
Valores retidos (i)	9.946
Contraprestação contingente – <i>earn-out</i> (ii)	66.044
Total da contraprestação transferida	166.006

(i) Após a conclusão dos ajustes usuais do preço da transação, foi definido o pagamento inicial de R\$ 100 milhões na data do fechamento, dos quais R\$ 9,9 milhões permaneceram retidos para cobertura de eventuais ajustes futuros de preço, classificados como “Outros passivos e provisões”. Assim, o valor efetivamente pago em caixa na data da aquisição totalizou aproximadamente R\$ 90 milhões, sendo o valor retido de 9,9 milhões sido liquidado posteriormente, em abril de 2026.

Notas Explicativas

(ii) O contrato de aquisição prevê pagamentos complementares variáveis (*earn-outs*), condicionados ao atingimento de metas previamente definidas até 2030. Na data da aquisição, a contraprestação contingente foi mensurada a valor justo, de acordo com o CPC 15 / IFRS 3, no montante de R\$ 66 milhões, valor este incluído na contraprestação total reconhecida mensurada. A contraprestação contingente foi classificada como instrumento financeiro e registrada como “Outros passivos e provisões”.

Em 31 de janeiro de 2026, o total de contraprestação transferida pela aquisição da V8 foi R\$ 166 milhões.

1.2.3. Ativos adquiridos e passivos assumidos

A Administração utilizou o balanço de 31 de janeiro de 2026, como base para a transação, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da V8. Tech, na data da aquisição pela TIM S.A. encontra-se em fase de preparação e finalização conforme laudo de alocação de preço de compra (“*Price purchase allocation*”) e poderá ser alterado até a conclusão final que poderá ocorrer até 12 meses da data de aquisição, nesta data a análise preliminar indica ativos e passivos apresentados a seguir:

Ativos	Valor justo reconhecido na aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	47.288
Contas a receber de clientes	61.468
Impostos a recuperar	9.288
Despesas antecipadas	16.330
Depósitos judiciais	1.914
Outros	130
Imobilizado	12.675
Intangível (i)	44.847
	<u>193.940</u>
Passivos	
Fornecedores	(13.496)
Empréstimos e financiamentos	(66.280)
Passivos de arrendamento	(2.089)
Obrigações trabalhistas	(7.376)
Impostos a recolher	(5.228)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ii)	(10.958)
Receitas diferidas	(48.936)
Outros passivos	(2.173)
	<u>(156.536)</u>
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	<u>(37.404)</u>

(i) Inclui principalmente ativos intangíveis identificados na combinação de negócios – Relacionamento com clientes.

Como parte da alocação preliminar do preço de aquisição, foi identificado e reconhecido separadamente do ágio o ativo intangível relacionamento com clientes, no montante de R\$ 38.031. A sua avaliação foi baseada em premissas e projeções adotadas pela Administração da Companhia no *Business Enterprise Valuation* (BEV – Avaliação de Empresas) da V8, com vida útil remanescente estimada em 11,92 anos, o qual foi utilizado para a definição do preço de compra da Transação.

Notas Explicativas

(ii) Representa principalmente o passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituído em decorrência do reconhecimento do ativo intangível de relacionamento com clientes a valor justo na data da aquisição, calculado com base nas alíquotas vigentes, no montante de R\$12.931

Abaixo estão sumarizados os ativos adquiridos e passivos assumidos relacionados à aquisição da V8.Tech (ativos líquidos) pela TIM na data da aquisição, bem como os impactos sobre os resultados consolidados da Companhia.

Ativos líquidos da V8.Tech em 31 de janeiro de 2026	12.304
Mais valia – Relacionamento com clientes	38.031
Passivo diferido sobre mais valia - Relacionamento com clientes	(12.931)
Ativos identificáveis líquidos a valor justo	37.404
Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição	39.846

1.2.4. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*)

O ágio decorrente da aquisição foi apurado conforme segue:

Contraprestação transferida	166.006
(-) Ativos líquidos da V8.Tech em 31 de janeiro de 2026	(12.304)
(-) Mais valia - Relacionamento com clientes	(38.031)
Passivo diferido sobre mais valia - relacionamento com clientes	12.931
<i>Goodwill</i> reconhecido	128.602

O *goodwill* reconhecido, decorre principalmente das sinergias operacionais esperadas com os negócios existentes do Grupo, da expansão da base de clientes e do portfólio de soluções B2B, bem como da força de trabalho especializada e do conhecimento técnico da adquirida. O ágio é alocado a nível consolidado visto que os ativos adquiridos e passivos assumidos trazem benefícios ao negócio como um todo.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais individuais e consolidadas

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

Notas Explicativas

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

Em conexão com a preparação dessas informações trimestrais, a Administração concluiu que não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia. Portanto, as informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Os juros pagos de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia, da sua controlada e coligada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia da Companhia é focada na otimização dos resultados. Apesar de haver atividades operacionais diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

Notas Explicativas

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

A base de consolidação da Companhia em 31 de março de 2026 inclui a controlada integral V8 (100% de participação), adquirida em 30 de janeiro de 2026.

e. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia opta por mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos) mensurados a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em compra vantajosa na demonstração do resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Notas Explicativas

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

f. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 5 de maio de 2026.

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas

g.1 As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2026.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas informações trimestrais.

Notas Explicativas

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada.

A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas informações trimestrais.

g.2 As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2026. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 (equivalente ao CPC 51): Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício (“DRE”), incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

A adoção da IFRS 18 não altera valores de ativos, passivos ou patrimônio líquido, mas impacta significativamente a forma de apresentação das demonstrações financeiras. A principal mudança ocorre na Demonstração do Resultado, que passa a apresentar receitas e despesas classificadas nas categorias operacional, investimento e financiamento, além da inclusão dos subtotais obrigatórios de Lucro Operacional e Lucro antes de Financiamento e Imposto de Renda. Essa reestruturação implica na realocação de itens anteriormente apresentados como resultado financeiro, conforme as novas definições.

Em síntese, os efeitos esperados na Companhia concentram-se na apresentação e transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio, mas com necessidade de adequação das notas explicativas e dos sistemas internos para classificação das transações conforme as novas categorias.

Notas Explicativas

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures - MPMS*); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- O ágio (*goodwill*) passará a ser apresentado separadamente nas demonstrações financeiras, de acordo com os novos requisitos de apresentação introduzidos pela IFRS18.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

Alteração IAS 21 – Conversão das demonstrações financeiras para moeda não hiperinflacionária

Em novembro de 2025, o IASB emitiu alterações ao IAS 21, trazendo orientações adicionais sobre como as entidades devem converter demonstrações financeiras preparadas em moeda não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação hiperinflacionária.

Essas alterações, de caráter pontual, visam aprimorar a qualidade das informações e reduzir a diversidade de práticas, proporcionando maior consistência na elaboração de relatórios em economias hiperinflacionárias.

As alterações ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio – são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas informações trimestrais.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, com base na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

Notas Explicativas

(a) Provisão para processos judiciais e administrativos tributários

Os processos judiciais e administrativos tributários são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(c) Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(d) Arrendamentos

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 17), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 1º de janeiro de 2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

(e) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Para maiores informações vide notas 1.2. e 2.e.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou mensurados ao valor justo por meio do resultado, respectivamente.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Caixa e bancos	34.614	85.873	34.617
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:			
CDB/Compromissadas	3.944.075	3.524.451	3.985.274
Outros	-	-	1.877
	<u>3.978.689</u>	<u>3.610.324</u>	<u>4.021.768</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, o que lhes confere alta liquidez, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não possui risco de perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média das aplicações no período findo em 31 de março de 2026, referente aos CDB's é de 100,71% a.a. na Controladora (100,49 % em 31 de dezembro de 2025), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
FUNCINE ⁽ⁱ⁾	29.403	26.339	29.403
Fundo Soberano ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.856	1.518	2.856
Outros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	5.458
FIC: ^(iv)			
Títulos Públicos ^(a)	1.414.370	1.609.536	1.414.370
CDB ^(b)	2.266	3.583	2.266
Letra Financeira ^(c)	230.934	343.824	230.934
Outros ^(d)	199.124	315.855	199.124
	<u>1.878.953</u>	<u>2.300.655</u>	<u>1.884.411</u>
Parcela circulante	<u>(1.849.550)</u>	<u>(2.274.316)</u>	<u>(1.849.550)</u>
Parcela não circulante	29.403	26.339	34.861

(i) Desde 2017, a Companhia, com o objetivo de apoiar a Indústria Cinematográfica Nacional, bem como, de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média no período findo em 31 de março de 2026 foi de 0,08% a.a. (0,17% a.a em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média no período findo em 31 de março de 2026 foi de 99,83% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,30% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Está representado por Fundos de Investimentos em Cotas não exclusivos.

(iv) A Companhia investe em FIC's exclusivos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade). A remuneração média no período findo em 31 de março de 2026, dos FIC's foi de 101,06% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (101,99% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

(a) Títulos públicos federais são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(b) Os CDBs são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(c) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras.

(d) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (*"unbilled"*). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (*"impairment"*).

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e perspectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Valores com previsão de recebimento superior a 12 meses estão classificados no longo prazo.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58% a.m. (0,58% a.m. em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Contas a receber de clientes	5.241.625	5.039.083	5.293.314
Contas a receber bruta	5.962.781	5.741.906	6.015.290
Serviços faturados	2.847.835	2.695.504	2.868.063
Serviços a faturar ("unbilled")	1.416.560	1.418.994	1.448.841
Uso de rede	1.114.776	997.297	1.114.776
Venda de mercadorias	559.399	603.882	559.399
Ativo contratual (nota 22)	23.882	25.898	23.882
Outras contas a receber	329	331	329
Perdas por crédito de liquidação esperada	(721.156)	(702.823)	(721.976)
Parcela circulante	(5.125.501)	(4.901.777)	(5.169.439)
Parcela não circulante	116.124	137.306	123.875

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
	(3 meses)	(12 meses)	(3 meses)
Saldo inicial	702.823	670.569	702.823
Saldo de companhia adquirida (nota 1.2)	-	-	721
Constituição de provisão	225.857	765.783	225.386
Baixas de Provisão	(207.524)	(733.529)	(206.954)
Saldo Final	721.156	702.823	721.976

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Total	5.962.781	5.741.906	6.015.290
A vencer	3.994.311	4.239.134	4.045.763
Vencidos até 30 dias	750.718	428.654	751.158
Vencidos até 60 dias	211.499	139.462	211.628
Vencidos até 90 dias	139.536	127.781	139.593
Vencidos até 120 dias	109.948	121.913	109.999
Vencidos a mais de 120 dias	756.769	684.962	757.149

Notas Explicativas

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Total Estoques	387.484	357.204	387.484
Estoques	408.831	376.768	408.831
Aparelhos celulares e tablets	289.426	269.596	289.426
Acessórios e cartões pré-pagos	87.402	88.601	87.402
TIM chips	32.003	18.571	32.003
Perdas para ajuste ao valor de realização	(21.347)	(19.564)	(21.347)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.a Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	323.075	327.184	323.718
Imposto de renda	251.825	256.914	252.255
Contribuição social	71.250	70.270	71.463
Parcela circulante	(49.836)	(68.769)	(50.479)
Parcela não circulante	273.239	258.415	273.239

Em 2025, a Companhia reconheceu créditos de IRPJ no montante de R\$ 81 milhões, decorrentes do êxito em ação judicial que discutia a limitação no cálculo de incentivos fiscais, sendo o montante de R\$ 34 milhões compensado até 31 de março de 2026. Adicionalmente, em decorrência dessa decisão, foi realizada a recomposição da base de prejuízo fiscal no montante de R\$ 224 milhões, a qual foi integralmente compensado em 2025.

A Companhia possui saldos a compensar de IRPJ e CSLL no montante R\$ 223 milhões em 31 de março de 2026 (R\$ 220 milhões em 31 de dezembro de 2025) decorrentes de pagamento a maior de períodos anteriores cujos processos de restituição estão em andamento.

No primeiro trimestre de 2026, a Companhia realizou antecipação por meio de depósitos no Banco do Nordeste, no montante de R\$ 11 milhões (R\$ 31 milhões em 31 de dezembro de 2025), com objetivo de utilizar o incentivo fiscal de reinvestimento, que destina parcela do IRPJ devido a depósito vinculado, nos termos do art. 668 do RIR/2018.

Notas Explicativas

8.b Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2026, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Imposto de renda e contribuição social a recolher	210.627	181.497	210.627
Imposto de renda	122.975	76.518	122.975
Contribuição social	87.652	104.979	87.652
Parcela circulante	(184.323)	(162.102)	(184.323)
Parcela não circulante	26.304	19.395	26.304

8.c Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados, quando aplicável; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob o histórico de lucratividade e/ou quando fundamentado nas projeções anualmente preparadas pela Companhia.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Notas Explicativas

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	-	1.131
Diferenças temporárias:			
Provisão para processos judiciais e administrativos	540.019	515.324	540.019
Provisão para perdas de crédito esperadas	243.136	236.537	243.230
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	1.559.870	1.553.124	1.559.870
Instrumentos financeiros derivativos	(129.834)	(118.647)	(129.834)
Juros capitalizados 4G e 5G	(202.747)	(211.522)	(202.747)
Ajustes norma IFRS16 (ii)	878.986	826.882	878.992
Depreciação acelerada (iii)	(1.040.585)	(1.035.883)	(1.040.585)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	(249.477)	(249.477)
Perda por redução ao valor recuperável (v)	175.946	192.507	175.946
Ágio amortizado – Cozani	(583.683)	(544.596)	(583.683)
Outros ativos	268.549	273.245	268.830
Outros passivos	(60.803)	(81.890)	(73.619)
	<u>1.399.377</u>	<u>1.355.604</u>	<u>1.388.073</u>
Parcela imposto ativo diferido	<u>3.666.506</u>	<u>3.597.619</u>	<u>3.668.018</u>
Parcela imposto passivo diferido	<u>(2.267.129)</u>	<u>(2.242.015)</u>	<u>(2.279.945)</u>

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 a 2026 da TIM S.A. e TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020 a 2026 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(ii) Representa o efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos nos contratos de arrendamento. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil (juros e depreciação) e fiscal (contraprestação de serviço), nos termos da legislação vigente. A amortização se dá de forma linear conforme realização do contrato ao longo do tempo.

(iii) Desde o 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o ajuste a valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda da Fiber Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda (vide nota 14).

(v) Representa o diferido constituído referente ao *impairment* de ativos tangíveis reconhecido pela Cozani antes de sua aquisição em abril de 2022, que vem sendo depreciado ao longo da vida útil estimada do ativo. A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de suas diferenças temporárias.

Notas Explicativas

8.d Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora		Consolidado
	03/2026	03/2025	03/2026
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda do período	(232.031)	(186.621)	(232.031)
Contribuição social do período	(87.652)	(74.451)	(87.652)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	108.690	108.900	108.690
	(210.993)	(152.172)	(210.993)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Imposto de renda diferido	32.186	185.114	31.931
Contribuição social diferida	11.587	71.008	11.495
	43.773	256.122	43.426
	(167.220)	103.950	(167.567)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	mar/26	mar/25	mar/26
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	984.313	693.672	984.660
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(334.666)	(235.848)	(334.784)
(Adições) / exclusões:			
Resultado de equivalência patrimonial	(10.195)	(9.060)	(9.546)
Adições, exclusões permanentes:			
Receitas não tributáveis	10.252	2.033	10.252
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(1.864)	(4.730)	(1.864)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	108.690	108.900	108.690
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	132.600	234.600	132.600
Diferença temporária com natureza permanente	(74.717)	-	(74.717)
Outros valores	2.680	8.055	1.802
	167.446	339.798	167.217
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	(167.220)	103.950	(167.567)
Alíquota efetiva	-16,99%	14,99%	-17,02%

- (i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

Notas Explicativas

A Companhia considerou as alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”). Para o exercício de 2025, a Companhia não identificou impactos significativos decorrentes dessas alterações. Para o exercício de 2026, a companhia está iniciando as análises para verificação de possíveis impactos.

9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	2.016.162	2.050.592	2.023.708
ICMS (i)	1.226.305	1.255.059	1.226.305
PIS / COFINS (ii)	542.170	556.036	546.086
IRRF sobre aplicações financeiras	30.040	30.019	30.704
ISS a recuperar (iii)	109.314	109.314	109.314
Outros	108.333	100.164	111.299
Parcela circulante	(1.100.035)	(1.138.888)	(1.107.581)
Parcela não circulante	916.127	911.704	916.127

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

(ii) O saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.

(iii) O ISS a recuperar é oriundo de recolhimento a maior, a Companhia ingressou com pedido de restituição administrativo junto ao ente, em consonância com a legislação vigente.

10. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Despesas Antecipadas	1.075.467	669.609	1.087.757
Fistel (i)	250.668	-	250.668
Propagandas não veiculadas (ii)	156.876	11.814	156.876
Aluguéis e seguros	87.483	89.791	87.556
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (iii)	223.248	215.250	235.466
Despesas antecipadas contratuais (iv)	326.119	324.561	326.119
Outros	31.073	28.193	31.072
Parcela circulante	(734.805)	(329.362)	(746.453)
Parcela não circulante	340.662	340.247	341.304

Notas Explicativas

- (i) A taxa Fistel é apropriada mensalmente ao resultado.
- (ii) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.
- (iii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.
- (iv) Representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

11. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Depósitos judiciais	674.483	677.150	676.426
Cível e Regulatório	267.790	262.019	267.790
Trabalhista	56.920	58.532	56.920
Tributário	258.100	254.927	260.043
Penhora Online (i)	91.673	101.672	91.673

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se às ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais no valor total atualizado estimado de R\$ 260.043 (R\$ 254.927 em 31 de dezembro de 2025), relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

Notas Explicativas

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 45.590 (R\$44.920 em 31 de dezembro de 2025).
- (b) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 31.409 (R\$ 30.457 em 31 de dezembro de 2025).
- (c) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 14.244 (R\$ 13.990 em 31 de dezembro de 2025).
- (d) Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 76.633 (R\$ 75.553 em 31 de dezembro de 2025).
- (e) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 47.803 (R\$ 46.512 em 31 de dezembro de 2025).
- (f) Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 17.357 (R\$ 16.978 em 31 de dezembro de 2025).

12. Ativos financeiros

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Ativos financeiros	502.086	514.109	502.086
Fundo 5G (i)	326.769	338.792	326.769
Bônus de subscrição (ii)	175.317	175.317	175.317
Parcela não circulante	502.086	514.109	502.086

São reconhecidos pelo seu valor justo na data de aquisição ou emissão. Tais ativos financeiros, subsequentemente, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de resultado financeiro. A Companhia deve divulgar a classificação de nível de cada instrumento financeiro. Para detalhes destas informações vide nota 36 no trecho sobre Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

(i) Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou aportes em dólares, equivalentes a aproximadamente R\$ 270 milhões, no fundo de investimentos focado em soluções 5G “Upload Ventures Growth” (“Fundo 5G”), reforçando seu compromisso com o desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologia 5G e, dessa maneira, completando os aportes previstos. Não houve novos aportes em 2026.

Notas Explicativas

(ii) Em abril de 2022 a Companhia entrou em uma parceria junto a EXA Serviços de Tecnologia ("EXA") para fornecimento de serviços digitais e entretenimento para a base clientes da TIM. Essa parceria previa também pagamentos de comissão pela EXA à TIM em função dos clientes da TIM que adquirirem serviços dessa parceria assim como o direito da TIM em subscrever ações mediante o pagamento de uma contraprestação.

Ao final de 2024 o contrato com novos termos da parceria foi finalizado e a TIM adquiriu o direito de subscrever 27% das ações da EXA através de uma contraprestação de R\$ 174 milhões. O valor do ativo financeiro foi registrado a valor justo por R\$175 milhões e representa 27% do valor justo do direito a participação da TIM na EXA. A contar da data de 31 de março de 2026, esse direito poderá ser exercido nos próximos 9 meses mediante a realização de condições de exercício e aprovação societária.

Os ativos financeiros relacionados ao Fundo 5G e Bônus de subscrição são avaliados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, inclusive no que se refere à mensuração ao valor justo, conforme previsto nos pronunciamentos contábeis vigentes.

13. Outros ativos

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Outros ativos	302.804	326.756	303.236
Adiantamento a empregados	37.107	7.547	37.513
Adiantamentos a fornecedores	11.251	61.013	11.277
Valores a receber TIM Brasil (nota 34)	23.125	23.183	23.125
Valores a receber projetos incentivados	29.691	27.080	29.691
Taxas e contribuições trabalhistas a compensar	106.326	112.471	106.326
Créditos Fistel (i)	29.456	32.966	29.456
Outros	65.848	62.496	65.848
Parcela circulante	(270.681)	(297.264)	(271.113)
Parcela não circulante	32.123	29.492	32.123

- (i) Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que pode ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Anatel.

14. Investimentos

A participação societária em coligada e controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

V8.Tech

Conforme mencionado na nota 1.2, em 30 de janeiro de 2026, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a TIM S.A. concluiu a aquisição de 100% do capital social da V8.Tech. Com a conclusão da operação, a TIM S.A. passou a deter a totalidade do capital social da V8.Tech, empresa de tecnologia especializada na integração de soluções digitais e na prestação de serviços gerenciados. Assim, em 31 de março de 2026, a V8.Tech é classificada como empresa controlada pela TIM S.A.

I-Systems

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems, a TIM S.A., alienou 51% de sua participação societária em favor da IHS, como resultado desta transação, houve perda de controle e a TIM S.A. deixa de consolidar a Empresa, registrando, à época, o investimento em coligada no valor de R\$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

A TIM S.A. detém 49% (49% em 31 de dezembro de 2025) de participação no capital social da I-Systems. A tabela a seguir representa as informações financeiras resumidas sobre os investimentos da empresa I-Systems:

	03/2026	12/2025
Ativo	1.822.217	1.895.545
Ativo circulante e não circulante	247.804	254.727
Ativo tangível e intangível	1.574.413	1.640.818
Passivo e Patrimônio Líquido	1.822.216	1.895.545
Passivo circulante e não circulante	720.486	736.516
Patrimônio líquido	1.101.730	1.159.029
Participação proporcional da Companhia	49%	49%
Ajuste a valor justo	733.757	733.757
Custo do investimento	498.652	526.729
Valor do investimento (nota 14.b)	1.232.409	1.260.486

	03/2026	12/2025
Prejuízo líquido do período/exercício	(60.360)	(220.000)
Participação proporcional do Companhia	49%	49%
Participação da Companhia nos resultados da coligada	(28.077)	(107.800)

Notas Explicativas

a) Participação em empresa coligada e controlada

	Coligada		Controlada	Total	
	03/2026 I-Systems	12/2025 I-Systems	03/2026 V8 Tech	03/2026	12/2025
Quantidade de ações total	1.794.287.995	1.794.287.995	24.108.004	-	-
Participação no capital total	49%	49%	100%	-	-
Patrimônio líquido	1.101.730	1.159.029	10.746	-	-
Prejuízo do período/exercício	(60.360)	(220.000)	(1.910)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial e amortização da mais valia	(28.077)	(107.800)	(1.910)	(29.987)	(107.800)
Ágio na aquisição da V8.Tech	-	-	128.602	128.602	-
Valor dos investimentos	1.232.409	1.260.486	164.096	1.396.505	1.260.486

b) Mutação dos investimentos

	I-Systems (coligada)	V8 Tech (controlada)
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2025	1.260.486	-
Ativos identificáveis líquidos a valor justo (nota 1.2.3)	-	37.404
Ágio na aquisição da V8.Tech	-	128.602
Resultado de equivalência patrimonial (i)	(28.077)	(1.378)
Amortização da mais valia (i)	-	(532)
Saldo dos investimentos em 31 de março de 2026	1.232.409	164.096

(i) Os resultados da controlada apresentam movimentação a partir de 30 de janeiro de 2026, data da aquisição e da obtenção de controle.

15. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresenta nenhum indicativo de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos, os juros incorridos pela atualização da provisão, são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

- Movimentação do imobilizado

	Controladora				
	Saldo em 12/2025	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 03/2026
Total do Custo do Imobilizado Bruto	81.065.436	1.923.230	(789.475)	-	82.199.191
Equipamentos de comutação / transmissão	43.475.500	-	(9.698)	841.397	44.307.199
Cabos de fibra ótica	798.737	-	-	783	799.520
Aparelhos em comodato	4.416.452	198	(3.043)	54.139	4.467.746
Infraestrutura (i)	8.229.503	-	(400.204)	(1.590.391)	6.238.908
Bens de informática	1.812.200	-	(385)	1.862	1.813.677
Bens de uso geral	1.099.787	-	(1.124)	11.738	1.110.401
Direito de uso em arrendamentos (i)	20.590.990	1.067.157	(374.503)	1.627.231	22.910.875
Terrenos	37.986	-	(210)	-	37.776
Obras em andamento	604.281	855.875	(308)	(946.759)	513.089
Total Depreciação Acumulada	(57.893.985)	(1.272.889)	201.771	-	(58.965.103)
Equipamentos de comutação / transmissão	(33.627.838)	(674.186)	9.131	-	(34.292.893)
Cabos de fibra ótica	(731.460)	(5.951)	-	-	(737.411)
Aparelhos em comodato	(4.143.697)	(54.653)	2.341	-	(4.196.009)
Infraestrutura (i)	(5.999.593)	(77.817)	189.027	763.144	(5.125.239)
Bens de informática	(1.770.420)	(5.257)	350	-	(1.775.327)
Bens de uso geral	(853.779)	(12.511)	922	-	(865.368)
Direito de uso em arrendamentos (i)	(10.767.198)	(442.514)	-	(763.144)	(11.972.856)
Total Imobilizado Líquido	23.171.451	650.341	(587.704)	-	23.234.088
Equipamentos de comutação / transmissão	9.847.662	(674.186)	(567)	841.397	10.014.306
Cabos de fibra ótica	67.277	(5.951)	-	783	62.109
Aparelhos em comodato	272.755	(54.455)	(702)	54.139	271.737
Infraestrutura (i)	2.229.910	(77.817)	(211.177)	(827.247)	1.113.669
Bens de informática	41.780	(5.257)	(35)	1.862	38.350
Bens de uso geral	246.008	(12.511)	(202)	11.738	245.033
Direito de uso em arrendamentos (i)	9.823.792	624.643	(374.503)	864.087	10.938.019
Terrenos	37.986	-	(210)	-	37.776
Obras em andamento	604.281	855.875	(308)	(946.759)	513.089

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Saldo em 12/2025	Adições/depreciação	Baixas	Transferências	Aquisição de controlada	Saldo em 03/2026
Total do Custo do Imobilizado Bruto	81.065.436	1.923.671	(789.475)	-	23.472	82.223.104
Equipamentos de comutação / transmissão	43.475.500	-	(9.698)	841.397	-	44.307.199
Cabos de fibra ótica	798.737	-	-	783	-	799.520
Aparelhos em comodato	4.416.452	198	(3.043)	54.139	18.316	4.486.062
Infraestrutura (i)	8.229.503	-	(400.204)	(1.590.391)	209	6.239.117
Bens de informática	1.812.200	-	(385)	1.862	-	1.813.677
Bens de uso geral	1.099.787	18	(1.124)	11.738	1.054	1.111.473
Direito de uso em arrendamentos (i)	20.590.990	1.067.580	(374.503)	1.627.231	3.893	22.915.191
Terrenos	37.986	-	(210)	-	-	37.776
Obras em andamento	604.281	855.875	(308)	(946.759)	-	513.089
Total Depreciação Acumulada	(57.893.985)	(1.273.960)	201.771	-	(10.797)	(58.976.971)
Equipamentos de comutação / transmissão	(33.627.838)	(674.186)	9.131	-	-	(34.292.893)
Cabos de fibra ótica	(731.460)	(5.951)	-	-	-	(737.411)
Aparelhos em comodato	(4.143.697)	(55.490)	2.341	-	(8.119)	(4.204.965)
Infraestrutura (i)	(5.999.593)	(77.818)	189.027	763.144	(62)	(5.125.302)
Bens de informática	(1.770.420)	(5.257)	350	-	-	(1.775.327)
Bens de uso geral	(853.779)	(12.542)	922	-	(683)	(866.082)
Direito de uso em arrendamentos (i)	(10.767.198)	(442.716)	-	(763.144)	(1.933)	(11.974.991)
Total Imobilizado líquido	23.171.451	649.711	(587.704)	-	12.675	23.246.133
Equipamentos de comutação / transmissão	9.847.662	(674.186)	(567)	841.397	-	10.014.306
Cabos de fibra ótica	67.277	(5.951)	-	783	-	62.109
Aparelhos em comodato	272.755	(55.292)	(702)	54.139	10.197	281.097
Infraestrutura (i)	2.229.910	(77.818)	(211.177)	(827.247)	147	1.113.815
Bens de informática	41.780	(5.257)	(35)	1.862	-	38.350
Bens de uso geral	246.008	(12.524)	(202)	11.738	371	245.391
Direito de uso em arrendamentos (i)	9.823.792	624.864	(374.503)	864.087	1.960	10.940.200
Terrenos	37.986	-	(210)	-	-	37.776
Obras em andamento	604.281	855.875	(308)	(946.759)	-	513.089

(i) Conforme descrito na nota 17, a Companhia firmou, em março de 2026, um acordo estratégico com a American Tower do Brasil ("ATC") o qual abrangeu todo o parque que compõe a relação entre TIM e ATC. Tal acordo levou a remensuração do valor contábil líquido remanescente no montante de R\$864.087, que foi transferido entre imobilizado de infraestrutura e direito de uso de arrendamento.

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo em 12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 03/2025
Total do Custo do Imobilizado Bruto	75.732.043	1.556.611	(70.283)	-	77.218.371
Equipamentos de comutação / transmissão	41.197.166	-	(19.213)	830.183	42.008.136
Cabos de fibra ótica	791.983	-	-	294	792.277
Aparelhos em comodato	4.256.120	102	(474)	43.249	4.298.997
Infraestrutura	7.925.713	-	(4.113)	135.941	8.057.541
Bens de informática	1.806.939	-	(1.807)	1.725	1.806.857
Bens de uso geral	1.047.340	-	(517)	14.831	1.061.654
Direito de uso em arrendamentos	18.028.112	559.680	(43.899)	-	18.543.893
Terrenos	38.084	-	-	-	38.084
Obras em andamento	640.586	996.829	(260)	(1.026.223)	610.932
Total Depreciação Acumulada	(52.916.715)	(1.266.429)	23.381	-	(54.159.763)
Equipamentos de comutação / transmissão	(30.962.551)	(678.471)	17.604	-	(31.623.418)
Cabos de fibra ótica	(705.143)	(6.989)	-	-	(712.132)
Aparelhos em comodato	(3.956.664)	(56.394)	86	-	(4.012.972)
Infraestrutura	(5.660.027)	(89.372)	3.533	-	(5.745.866)
Bens de informática	(1.748.687)	(7.894)	1.806	-	(1.754.775)
Bens de uso geral	(803.591)	(12.489)	352	-	(815.728)
Direito de uso em arrendamentos	(9.080.052)	(414.820)	-	-	(9.494.872)
Total Imobilizado Líquido	22.815.328	290.182	(46.902)	-	23.058.608
Equipamentos de comutação / transmissão	10.234.615	(678.471)	(1.609)	830.183	10.384.718
Cabos de fibra ótica	86.840	(6.989)	-	294	80.145
Aparelhos em comodato	299.456	(56.292)	(388)	43.249	286.025
Infraestrutura	2.265.686	(89.372)	(580)	135.941	2.311.675
Bens de informática	58.252	(7.894)	(1)	1.725	52.082
Bens de uso geral	243.749	(12.489)	(165)	14.831	245.926
Direito de uso em arrendamentos	8.948.060	144.860	(43.899)	-	9.049.021
Terrenos	38.084	-	-	-	38.084
Obras em andamento	640.586	996.829	(260)	(1.026.223)	610.932

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Como os critérios de capitalização previstos no IAS 23/CPC 20 não foram atendidos, os custos de empréstimos são classificados como despesas financeiras no período em que são incorridos.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Direito de uso em arrendamento	Controladora				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.997.432	1.318.237	2.011.672	1.496.451	9.823.792
Adições (i)	719.497	158.087	157.272	32.301	1.067.157
Transferências (ii)	864.087	-	-	-	864.087
Remensuração	(262.871)		(111.632)	-	(374.503)
Depreciação	(206.542)	(47.296)	(74.349)	(114.327)	(442.514)
Saldos em 31 de março de 2026	6.111.603	1.429.028	1.982.963	1.414.425	10.938.019
Taxas de depreciação anual	9,35%	9,15%	8,82%	11,24%	

Direito de uso em arrendamento	Consolidado				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.997.432	1.318.237	2.011.672	1.496.451	9.823.792
Saldo de Companhia adquirida	-	1.960	-	-	1.960
Adições (i)	719.497	158.510	157.272	32.301	1.067.580
Transferências (ii)	864.087	-	-	-	864.087
Remensuração	(262.871)	-	(111.632)	-	(374.503)
Depreciação	(206.542)	(47.498)	(74.349)	(114.327)	(442.716)
Saldos em 31 de março de 2026	6.111.603	1.431.209	1.982.963	1.414.425	10.940.200
Taxas de depreciação anual	9,35%	9,15%	8,82%	11,24%	

Direito de uso em arrendamento	Controladora				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.587.122	1.166.143	2.002.527	1.192.268	8.948.060
Adições (i)	284.353	202.600	48.613	24.114	559.680
Remensuração	(29.513)	-	(9.210)	(5.176)	(43.899)
Depreciação	(180.300)	(43.581)	(72.761)	(118.178)	(414.820)
Saldos em 31 de março de 2025	4.661.662	1.325.162	1.969.169	1.093.028	9.049.021
Taxas de depreciação anual	9,22%	9,66%	8,70%	14,25%	

(i) A movimentação do direito de uso em arrendamentos inclui adições líquidas dos incentivos de arrendamentos, que totalizam R\$ 81 milhões em 31 de março de 2026 (R\$ 108 milhões em 31 de dezembro de 2025).

(ii) Transferência do valor contábil líquido remanescente em decorrência do acordo com a American Tower do Brasil.

Notas Explicativas

- Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	6,67 a 20
Cabos de fibra ótica	10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	20
Bens de uso geral	10 a 20
Direito de uso em arrendamentos	8 a 12

Em 2025, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

16. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados quando há expectativa de benefícios econômicos futuros e mensuração confiável. Deste modo, a Companhia aplica a norma CPC 20, onde custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável compõe o custo de tal ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados (por exemplo, ágios em aquisição de empresas), mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas

(a) Movimentação do intangível

	Controladora				
	Saldo em 2025	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 2026
Total Custo do Intangível Bruto	49.165.735	495.862	(66)	-	49.661.531
Direito de uso de softwares	25.633.032	-	(66)	483.030	26.115.996
Autorizações	18.983.124	7.642	-	1.751	18.992.517
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	220.247	-	-	-	220.247
Lista de clientes	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	586.691	-	-	-	586.691
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	488.220	-	(484.781)	380.282
Total Amortização Acumulada	(34.573.212)	(513.731)	66	-	(35.086.877)
Direito de uso de softwares	(22.704.314)	(267.172)	66	-	(22.971.420)
Autorizações	(11.171.893)	(224.816)	-	-	(11.396.709)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(120.266)	(3.095)	-	-	(123.361)
Lista de clientes	(121.301)	(8.271)	-	-	(129.572)
Outros ativos	(455.438)	(10.377)	-	-	(465.815)
Total Intangível Líquido	14.592.523	(17.869)	-	-	14.574.654
Direito de uso de softwares (c)	2.928.718	(267.172)	-	483.030	3.144.576
Autorizações (f)	7.811.231	(217.174)	-	1.751	7.595.808
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	99.981	(3.095)	-	-	96.886
Lista de clientes	132.328	(8.271)	-	-	124.057
Outros ativos	131.253	(10.377)	-	-	120.876
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	488.220	-	(484.781)	380.282

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Saldo em 12/2025	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Aquisição de controlada	Saldo em 03/2026
Total Custo do Intangível Bruto	49.165.735	662.494	(66)	-	58.721	49.886.884
Direito de uso de softwares	25.633.032	-	(66)	483.030	12.417	26.128.413
Autorizações	18.983.124	7.642	-	1.751	40.844	19.033.361
Ágio	3.112.169	128.602	-	-	554	3.241.325
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	220.247	-	-	-	-	220.247
Lista de clientes	253.629	38.031	-	-	4.906	296.566
Outros ativos	586.691	-	-	-	-	586.691
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	488.219	-	(484.781)	-	380.281
Total Amortização Acumulada	(34.573.212)	(514.740)	66	-	(51.905)	(35.139.791)
Direito de uso de softwares	(22.704.314)	(267.235)	66	-	(11.836)	(22.983.319)
Autorizações	(11.171.893)	(225.070)	-	-	(36.061)	(11.433.024)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(120.266)	(3.095)	-	-	-	(123.361)
Lista de clientes	(121.301)	(8.963)	-	-	(4.008)	(134.272)
Outros ativos	(455.438)	(10.377)	-	-	-	(465.815)
Total Intangível Líquido	14.592.523	147.754	-	-	6.816	14.747.093
Direito de uso de softwares (c)	2.928.718	(267.235)	-	483.030	581	3.145.094
Autorizações (f)	7.811.231	(217.428)	-	1.751	4.783	7.600.337
Ágio (d)	3.112.169	128.602	-	-	554	3.241.325
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	99.981	(3.095)	-	-	-	96.886
Lista de clientes	132.328	29.068	-	-	898	162.294
Outros ativos	131.253	(10.377)	-	-	-	120.876
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	488.219	-	(484.781)	-	380.281

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo em 12/2024	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 03/2025
Total Custo do Intangível Bruto	47.460.121	443.399	(1)	-	47.903.519
Direito de uso de softwares	24.058.388	-	(1)	422.339	24.480.726
Autorizações	18.903.457	6.020	-	9.693	18.919.170
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	212.703	-	-	-	212.703
Lista de clientes	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	583.355	-	-	770	584.125
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	437.379	-	(432.802)	340.997
Total Amortização Acumulada	(32.605.161)	(479.487)	1	-	(33.084.647)
Direito de uso de softwares	(21.722.385)	(233.963)	1	-	(21.956.347)
Autorizações	(10.272.479)	(224.043)	-	-	(10.496.522)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(108.270)	(2.828)	-	-	(111.098)
Lista de clientes	(88.219)	(8.270)	-	-	(96.489)
Outros ativos	(413.808)	(10.383)	-	-	(424.191)
Total Intangível Líquido	14.854.960	(36.088)	-	-	14.818.872
Direito de uso de softwares (c)	2.336.003	(233.963)	-	422.339	2.524.379
Autorizações (f)	8.630.978	(218.023)	-	9.693	8.422.648
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	104.433	(2.828)	-	-	101.605
Lista de clientes	165.410	(8.270)	-	-	157.140
Outros ativos	169.547	(10.383)	-	770	159.934
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	437.379	-	(432.802)	340.997

Os ativos intangíveis em desenvolvimento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 25
Direito de uso de infraestrutura	até 5
Outros ativos	até 10
Lista de Clientes	8,4 a 13,04
Mais valia autorizações Cozani	5,66

Notas Explicativas

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

O Grupo possui os seguintes ágios fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	03/2026	12/2025
Ágios registrados	3.240.771	3.112.169
Aquisição V8.Tech	128.602	-
Aquisição da Cozani	2.636.426	2.636.426
Aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ	108.172	108.172
Aquisição da “Intelig” pela TIM Participações	210.015	210.015
Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste	157.556	157.556

Ágio na aquisição da V8.Tech

Conforme mencionado na nota 1.2, em 30 de janeiro de 2026, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a TIM S.A. concluiu a aquisição de 100% do capital social da V8.Tech. O ágio registrado corresponde à parcela da contraprestação transferida que excedeu o valor justo dos ativos líquidos identificáveis reconhecidos na data da aquisição, refletindo principalmente os benefícios econômicos futuros esperados da combinação de negócios.

Ágio na aquisição da Cozani

Em abril/22 a Companhia adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R\$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R\$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio no valor R\$2.636.426, o qual consta registrado em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Dentre os ativos identificados no processo de combinação de negócios da Cozani, a Companhia identificou uma mais valia das radiofrequências adquiridas no valor de R\$3.038.951 e de lista de clientes de R\$253.629.

No dia 4 de outubro de 2023, o Tribunal da Câmara Arbitral homologou um acordo com relação ao Ajuste Pós-Fechamento, celebrado, de um lado, entre a TIM S.A., a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. e de outro, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, como forma de colocar fim à controvérsia e ao procedimento arbitral relacionado ao Ajuste Pós-Fechamento. O preço final da parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia, considerando o Ajuste Pós-Fechamento negociado no Acordo (excluindo valores de metas contratuais), foi R\$ 6,6 bilhões.

Principalmente por ainda se tratar de uma dívida contratual na data de conclusão da alocação do preço de compra da aquisição da Cozani, a redução na contraprestação, correspondente à metade do valor depositado em juízo, foi registrada no resultado do exercício na data da homologação do acordo (outubro de 2023), na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. Portanto, nenhum ajuste no ágio registrado foi efetuado conforme previsto em prática contábil do IFRS3/CPC 15 (R1).

Notas Explicativas

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (posteriormente TIM Fiber SP) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (posteriormente TIM Fiber RJ). TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva advindo destas empresas no valor total de R\$ 1.159.649.

Conforme descrito na nota 14, em novembro de 2021, a Companhia realizou a alienação de 51% de participação societária da Fiber Co (atual I-Systems), empresa que recebeu os ativos líquidos relacionados a infraestrutura de rede secundária de banda larga residencial. Em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de R\$1.051.477 do ágio registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A, restando R\$108.172 do ágio em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da “Intelig” pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A. em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios. A metodologia e premissas utilizadas pela Administração no teste de *impairment* está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange a TIM S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, o teste de *impairment* foi realizado comparando o valor contábil (*carrying amount*) com o valor justo menos os potenciais custos de venda do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01 / IFRS 13 / CPC 46.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a mensuração foi feita com base no valor da ação Companhia na data de fechamento do balanço, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*, que abrange todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento. Logo, a Companhia não identificou quaisquer indicadores de *impairment*.

Notas Explicativas

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou em 2023, contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do CPC 06 / IFRS 16 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

(f) Autorizações

Licença 4G

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, que foram pagos em dezembro de 2014, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019. O valor total registrado no ativo intangível da Companhia é de R\$ 3.498 milhões (R\$3.498 milhões em 31 de dezembro de 2025).

Licença 5G

Em 2021, a TIM adquiriu licenças 5G no leilão da Anatel, gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a essas licenças no valor de R\$2.680 milhões. O pagamento das licenças será realizado em um período de 10 a 20 anos, enquanto as obrigações relacionadas tiveram pagamentos realizados entre 2022 e 2024.

Adicionalmente, no caso das licenças relacionadas à radiofrequência de 3,5GHz, por se tratar de ativo qualificável, a Companhia capitalizou custos de empréstimos durante o período de implantação. Essa capitalização foi encerrada no segundo trimestre de 2023, com a disponibilidade dos ativos para uso e sua transferência para autorizações. O valor total registrado no ativo intangível da Companhia é de R\$ 4.053 milhões (R\$4.053 milhões em 31 de dezembro de 2025).

17. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contêm) arrendamento. O contrato é (ou contém) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo imobilizado ou intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Notas Explicativas

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	03/2026	12/2025
LT Amazonas (i)	166.601	170.080
<i>Subleasing</i> “lojas revendas” – IFRS16 (ii)	64.172	64.166
	230.773	234.246
Parcela circulante	(34.416)	(34.098)
Parcela não circulante	196.357	200.148

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.

	LT Amazonas	<i>Subleasing</i> “lojas revendas” – IFRS16	Total
Valores nominais	251.372	79.808	331.180
2026	33.754	26.721	60.475
2027	34.032	21.836	55.868
2028	34.032	17.448	51.480
2029	34.032	10.238	44.270
2030	34.032	3.532	37.564
2031 em diante	81.490	33	81.523
Valor presente	166.601	64.172	230.773

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas em 2013, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) *Subleasing* Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de “lojas revenda”. O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo “Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis”.

O valor de receita de *subleasing* da Companhia no período findo em 31 de março de 2026 é de R\$ 18.536 (R\$ 16.273 no mesmo período de 2025).

Notas Explicativas

Passivo

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
LT Amazonas (i)	317.122	322.409	317.122
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede (ii) (a)	7.915.609	7.825.464	7.915.609
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis (ii)	1.658.863	1.533.853	1.661.182
Arrendamentos - Terrenos (Rede) (ii)	2.469.762	2.470.403	2.469.762
Arrendamentos – Fibra (ii)	1.543.799	1.612.739	1.543.799
Total	13.905.155	13.764.868	13.907.474
Parcela circulante	(1.643.501)	(1.702.899)	(1.644.346)
Parcela não circulante	12.261.654	12.061.969	12.263.128

O montante de juros pagos no período findo em 31 de março de 2026 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) foi de R\$ 411.012 (R\$ 317.533 no mesmo período de 2025).

No período findo em 31 de março de 2026, foi pago o montante de R\$ 23 milhões (R\$ 37 milhões, em 2025), referentes a multas aplicadas, relacionadas ao processo de descomissionamento de sites.

Em 1º de março de 2026, a Companhia renegociou parte de seus contratos de arrendamento com a ATC, com o objetivo de simplificar e unificar a estrutura contratual e manter os termos e condições consistentes. A renegociação resultou em um impacto na dívida no montante de aproximadamente R\$ 12,3 milhões.

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 36. A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

Controladora

	LT Amazonas	Arrendamentos Infraestrutura de rede	Arrendamentos Lojas & Quiosques e Imóveis	Arrendamentos Terrenos (Rede)	Arrendamentos Fibra	Total
Valores nominais	494.471	13.508.947	3.001.546	4.079.087	1.909.596	22.993.647
2026	80.943	1.328.829	274.654	427.696	440.686	2.552.808
2027	64.641	1.735.495	348.363	522.770	558.279	3.229.548
2028	64.641	1.707.272	317.628	507.826	523.257	3.120.624
2029	64.641	1.627.974	282.428	472.312	321.837	2.769.192
2030	64.641	1.475.981	242.510	418.320	64.506	2.265.958
2031 em diante	154.964	5.633.396	1.535.963	1.730.163	1.031	9.055.517
Valor presente	317.122	7.915.609	1.658.863	2.469.762	1.543.799	13.905.155

Notas Explicativas

Consolidado

	LT Amazonas	Arrendamentos Infraestrutura de rede	Arrendamentos Lojas & Quiosques e Imóveis	Arrendamentos Terrenos (Rede)	Arrendamentos Fibra	Total
Valores nominais	494.471	13.508.947	3.004.397	4.079.087	1.909.596	22.996.498
2026	80.943	1.328.829	275.812	427.696	440.686	2.553.966
2027	64.641	1.735.495	348.961	522.770	558.279	3.230.146
2028	64.641	1.707.272	318.186	507.826	523.257	3.121.182
2029	64.641	1.627.974	282.915	472.312	321.837	2.769.679
2030	64.641	1.475.981	242.560	418.320	64.506	2.266.008
2031 em diante	154.964	5.633.396	1.535.963	1.730.163	1.031	9.055.517
Valor presente	317.122	7.915.609	1.661.182	2.469.762	1.543.799	13.907.474

i) LT Amazonas

Em 2013, a Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Arrendamentos

Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão, terrenos, lojas e quiosques e fibras no escopo do IFRS 16.

(a) Venda e *leaseback* das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC"), em novembro de 2014 e janeiro de 2015, contratos de venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade, no montante aproximado de R\$ 3 bilhões, acompanhados de um Contrato Master de Locação (MLA), pelo prazo de 20 anos, na modalidade de *sale and leaseback*. Foram transferidas 5.873 torres entre 2015 e 2017, totalizando R\$ 2.651.247 em vendas, dos quais R\$ 1.088.390 foram registrados como receita diferida, amortizada ao longo do prazo contratual (nota 22).

Em março de 2026 a Companhia firmou um acordo estratégico com a ATC, o qual abrangeu todo o parque que compõe a relação entre TIM e ATC. Tal acordo gerou modificação sobre os saldos de venda e *leaseback*, em função de redução do prazo e restrições de uso, com concomitante remensuração de saldos. Por outro lado, a Companhia também possui outros contratos de arrendamentos de torres com a ATC, que tiveram aumento dos prazos, com efeitos de remensuração.

Vale destacar que, do total de R\$ 7.915.609 (R\$ 7.825.464 em 31 de dezembro de 2025) apresentado em "Arrendamentos – Infraestrutura de Rede", estão incluídos os montantes de R\$ 1.399.153 (R\$ 1.630.795 em 31 de dezembro de 2025) relacionados à Venda de Torres (*leaseback*) e de R\$ 138.957 (R\$ 108.588 em 31 de dezembro de 2025) relacionados a arrendamentos de torres vinculados a contratos com empresas torreiras.

Arrendamentos de baixo valor ou curto prazo

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou de curto prazo (inferiores a 12 meses) foram reconhecidos como despesa de aluguel e totalizaram R\$ 7.385 em 31 de março de 2026 (R\$ 7.236 no mesmo período de 2025).

Notas Explicativas

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Fornecedores	5.165.588	5.138.780	5.178.909
Moeda nacional	4.314.306	4.414.270	4.327.627
Fornecedores de materiais e serviços (i)	4.213.113	4.321.640	4.226.436
Interconexão (ii)	58.376	56.960	58.376
Roaming (iii)	6.880	6.391	6.880
Co-billing (iv)	35.937	29.279	35.935
Moeda estrangeira	851.282	724.510	851.282
Fornecedores de materiais e serviços (i)	358.337	285.866	358.337
Roaming (iii)	492.945	438.644	492.945
Parcela Circulante	5.165.588	5.138.780	5.178.909

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores são incluídos nas atividades operacionais da demonstração do fluxo de caixa.

A Companhia firmou contratos com instituições financeiras como alternativa de suporte aos seus fornecedores para que pontualmente, a seu exclusivo critério, pudessem antecipar seus recebíveis. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para uma instituição financeira sem direito de regresso mantendo os prazos contratuais. Os títulos cedidos são antecipados aos fornecedores mediante aplicação de taxa de deságio. Após a realização das operações a Companhia passa a ter essas instituições financeiras como credoras dos títulos cedidos no valor e prazo contratuais originais com os fornecedores, sem nenhum encargo ou benefício financeiro associado. O saldo registrado referente aos títulos a pagar relacionados a essas operações já foi integralmente pago pelas instituições financeiras aos fornecedores.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui aproximadamente R\$ 128 milhões (R\$ 591 milhões em 31 de dezembro de 2025) relacionados a operação de risco sacado, conforme detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos – fornecedores pagos	127.886	590.646	127.886
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos – fornecedores não pagos		-	
	127.886	590.646	127.886

Não houve alterações não caixa significativas nos valores contábeis de fornecedores incluídos nestas operações.

19. Autorizações a pagar

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Renovação de autorizações (i)	296.882	289.241	296.882
Dívida ANATEL atualizada (ii)	223.600	221.194	221.194
Autorizações a pagar (iii)	993.010	970.998	995.416
	1.513.492	1.481.433	1.513.492
Parcela circulante	(325.726)	(321.761)	(325.726)
Parcela não circulante	1.187.766	1.159.672	1.187.766

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis¹. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de março de 2026, os saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações eram de R\$ 296.882 (R\$ 289.241 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz, referente as autorizações da licença 4G, e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões, atualizado pelo IGP-DI, totalizando R\$ 224 milhões em 31 de março de 2026 (221 milhões em 31 de dezembro de 2025), o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Refere-se aos custos na aquisição das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração (“Leilão 5G”), onde em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização. O valor inicial total especificamente das radiofrequências no montante de R\$884 milhões, sofre incidência de juros atrelados à taxa Selic e a Companhia optou por realizar pagamentos anuais pelo período de 20 anos (tendo pago as 4 primeiras parcelas nos montantes de R\$46, R\$52, R\$58 e R\$62 milhões).

¹ O tempo de renovação varia de acordo com o edital de licitação e condições de prorrogação aprovadas pela Agência.

Notas Explicativas

As autorizações a pagar em 31 de março de 2026 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	03/2026
2027	335.447
2028	70.353
2029	70.353
2030	70.353
2031	64.063
2032 em diante	577.197
	1.187.766

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de março de 2026, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Data de Expiração									
Termos de Autorização	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Bandas V1 e V2 (4G)	2500 MHz (Banda P (4G)	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031	ES - Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Novembro, 2028 (800MHz); março, 2031 (900MHz)	Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	Sul – dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	Março, 2031	Interior - Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); dezembro,2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	Novembro/2028 (800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	Novembro/2028 (800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)

Notas Explicativas

Pernambuco	Novembro/2028 (800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	Novembro/2028 (800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	Novembro/2028 (800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	Novembro/2028 (800MHz) – Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	Novembro/2028 (800MHz) – Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	Novembro/2028 (800MHz) - Dezembro 2032 (900 e 1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	Abril/2028	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	Agosto/2027	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado
				03/2026	12/2025	03/2026
Debêntures ¹ (ii)	BRL	IPCA + 4,0432% a.a.	Jun/28	2.098.780	2.049.182	2.098.780
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	316.499	329.566	316.499
BNB ² (i)	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	Fev/28	354.784	399.975	354.784
Safra	BRL	CDI + 3,9083% a 6,8034% a.a	Abr/26 a Abr/28	-	-	4.768
Itaú	EUR	3,7449% a.a a 4,5531% a.a	Abr/26 a Fev/27	-	-	3.820
Santander	BRL	CDI + 3,79% a.a	Abr/28	-	-	24.378
CEF	BRL	CDI + 2,42% a.a	Out/28	-	-	28.969
Total				2.770.063	2.778.723	2.831.998
Circulante				(955.774)	(925.626)	(978.887)
Não circulante				1.814.289	1.853.097	1.853.111

¹ É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

² As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por inadimplência.

Notas Explicativas

Garantias

(i) Recebíveis da TIM S.A. limitados ao valor da dívida;

(ii) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados trimestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. As Debêntures emitidas pela TIM S.A. (2ª emissão em Série Única) possuem cláusula de cumprimento de índice financeiro, calculado semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O índice é Dívida financeira líquida sobre EBITDA. A Companhia cumpriu todos os índices estabelecidos.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de março de 2026 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Valores nominais	
	Controladora	Consolidado
2027	873.057	897.379
2028	779.216	793.716
2029	55.548	55.548
2030	55.548	55.548
2031	50.920	50.920
	1.814.289	1.853.111

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valores nominais	
	Controladora	Consolidado
2026	898.501	921.614
2027	930.329	954.651
2028	779.216	793.716
2029	55.548	55.548
2030	55.548	55.548
2031	50.921	50.921
	2.770.063	2.831.998

Valor justo dos empréstimos

Com relação às captações contratadas: Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está detalhado na tabela abaixo:

Notas Explicativas

	03/2026	12/2025
Debêntures	2.116.563	2.062.508
BNDES	317.443	330.551
BNB	355.628	400.926

21. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Impostos, taxas e contribuições a recolher	5.085.357	4.888.759	5.087.760
Impostos e Taxas ANATEL (i)	4.589.961	4.347.216	4.589.961
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	273.267	328.376	273.267
Imposto sobre Serviço - ISS	57.808	62.174	58.230
PIS / COFINS	53.970	54.430	55.865
Outros (ii)	110.351	96.563	110.437
Parcela circulante	(5.052.480)	(4.855.551)	(5.054.883)
Parcela não circulante	32.877	33.208	32.877

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP. Dos valores de 2020, a Companhia efetuou o pagamento referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Nos anos de 2021 a 2025, houve pagamento parcial referentes a CRFP e Condecine anualmente, com os pagamentos de TFF suspensos com base em liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Em 31 de março de 2026 o valor total da obrigação referente a TFF é R\$ 4.562 milhões, sendo R\$ 3.323 milhões de principal e R\$ 1.239 milhões de juros moratórios (em 31 de dezembro de 2025 o valor total da obrigação referente a TFF é R\$ 4.320 milhões, sendo R\$ 3.188 milhões de principal e R\$ 1.131 milhões de juros moratórios).

(ii) A composição desta conta refere-se principalmente ao IRRF sobre JSCP aprovados em março de 2026, no montante de R\$ 66 milhões (R\$62 milhões em dezembro de 2025).

Notas Explicativas

22. Receitas diferidas

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Receitas diferidas	614.872	765.711	656.936
Serviços a prestar pré-pago (i)	78.232	130.783	78.232
Receitas antecipadas	29.478	31.058	29.478
Receitas diferidas sobre venda de torres (ii)	425.257	518.445	425.257
Passivo contratual (iii)	81.905	85.425	123.969
Parcela circulante	(204.941)	(259.527)	(244.548)
Parcela não circulante	409.931	506.184	412.388

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 17), onde parte do valor foi realizado em 2026 pela renegociação do contrato com a ATC.

(iii) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

Os saldos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Ativo contratual (nota 6)	23.882	25.898	23.882
Passivo contratual	(81.905)	(85.425)	(123.969)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise. Além disso, o passivo contratual inclui valores relacionados às taxas de habilitação e disponibilização de contratos com clientes.

Resumo das principais variações no período:

	Ativo (passivo) contratual	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º. de janeiro de 2026	(59.527)	(59.527)
Saldo de companhia adquirida	-	(48.936)
Adições	8.877	45.129
Baixas	(7.373)	(36.753)
Saldo em 31 de março de 2026	(58.023)	(100.087)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

Notas Explicativas

	Controladora		
	2026	2027	2028
Ativo (passivo) contratual	(35.854)	(21.889)	(280)

	Consolidado		
	2026	2027	2028
Ativo (passivo) contratual	(75.461)	(24.346)	(280)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

23. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.591.027	1.559.687	1.591.027
Cível e regulatória (a)	499.231	466.726	499.231
Trabalhistas (b)	190.556	196.916	190.556
Tributária (c)	901.240	896.045	901.240

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos, encontram-se resumidas a seguir:

Notas Explicativas

	12/2025	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	03/2026
	1.559.687	80.694	(104.243)	54.889	1.591.027
Cível e regulatória (a)	466.726	36.848	(25.416)	21.073	499.231
Trabalhistas (b)	196.916	17.918	(32.919)	8.641	190.556
Tributária (c)	896.045	25.928	(45.908)	25.175	901.240

	12/2024	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	03/2025
	1.564.293	63.968	(105.379)	31.053	1.553.935
Cível e regulatória (a)	595.611	23.863	(40.284)	17.674	596.864
Trabalhistas (b)	209.098	13.858	(33.387)	12.786	202.355
Tributária (c)	759.584	26.247	(31.708)	593	754.716

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis e regulatórios

a.1 *Ações movidas por consumidores*

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R\$ 138.969 (R\$ 133.178 em 31 de dezembro de 2025), referem-se principalmente a processos por suposta cobrança indevida, discussões contratuais, portabilidade, discussões relacionadas a não restituição de valores, e suposta ocorrência de fraudes.

a.2 *Órgãos de Defesa do Consumidor*

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações contratuais; (iv) questionamentos sobre publicidade; e (v) discussão de cobrança indevida. O montante provisionado equivale a R\$ 133.572 (R\$119.954 em 31 de dezembro de 2025).

A TIM é ré em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano *Infinity*. A TIM recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT), mas teve seus recursos negados. Em seguida, apresentou Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF), que também foi rejeitado. Após isso, a TIM protocolou uma Reclamação no STF, alegando que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estaria julgando um tema que seria de competência exclusiva do STF, especificamente, o Tema 1075 da repercussão geral. O Ministro Relator rejeitou a Reclamação, e a TIM apresentou Agravo Interno, que também foi negado inicialmente. No entanto, no julgamento concluído em 24 de abril de 2025, um dos ministros apresentou voto divergente, que acabou sendo seguido pela maioria do colegiado. Com isso, o STF deu provimento ao Agravo Interno da TIM, reconhecendo que a 11ª Vara Cível de Curitiba/PR é a competente para julgar o caso, e anulou as decisões anteriores do TJDFT. Diante dessa nova decisão judicial em abril/2025, a TIM reverteu a provisão contábil R\$ 169 milhões, sendo R\$ 50 milhões principal e R\$ 119

Notas Explicativas

milhões de atualização monetária. A ação foi redistribuída ao juízo da 11ª Vara Cível de Curitiba/PR e aguarda determinação de manifestação das partes acerca do seu prosseguimento.

a.3 Ex-parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R\$ 51.696 (R\$ 41.146 em 31 de dezembro de 2025).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R\$ 48.566 (R\$ 50.496 em 31 de dezembro de 2025).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores provisionados equivalem a R\$ 50.566 (R\$47.564 em 31 de dezembro de 2025).

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, incluindo Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$ 75.862 (R\$ 74.388 em 31 de dezembro de 2025).

b. Trabalhistas

b.1 Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como horas extras, diferenças de remuneração variável e reflexos legais nas demais verbas do contrato, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas. Do total de 1.280 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2026 (1.347 em 31 de dezembro de 2025) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 159.164 atualizado monetariamente (R\$ 161.133 em 31 de dezembro de 2025).

b.2 Previdenciário

A Companhia é parte de 25 ações em 31 de março de 2026 (27 em 31 de dezembro de 2025) referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, no valor total atualizado de R\$ 28.877 (R\$ 35.783 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

c. Processos tributários

	03/2026	12/2025
Tributos Federais	299.903	377.027
Tributos Estaduais	518.332	436.204
Tributos Municipais	12.052	11.861
Processos TIM S.A. (<i>Purchase price allocation</i>)	70.953	70.953
	<u>901.240</u>	<u>896.045</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composta pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e nove processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) Existe provisão de 3 processos referentes a FUST/FUNTTEL e suas decorrentes obrigações acessórias. Destes, destacam-se dois casos em que a discussão segue principalmente sobre denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. O valor relativo à multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, provisionado e atualizado é de R\$ 19.606 (R\$ 19.313 em 31 de dezembro de 2025).

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para um processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 76.850 (R\$ 75.769 em 31 de dezembro de 2025).

- (ii) A Companhia constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 73.353 (R\$ 71.815 em 31 de dezembro de 2025).
- (iii) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 22.532 (R\$ 22.389 em 31 de dezembro de 2025).
- (iv) A Companhia constituiu provisão para um processo com vistas à exigência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE - Melbourne), em razão de, supostamente, ter deixado de efetuar o pagamento da contribuição da remessa ao exterior para remuneração das operadoras referente ao tráfego sainte. O processo foi integralmente pago na transação federal de 2026. (R\$ 81.113 em 31 de dezembro de 2025).

Tributos Estaduais

A provisão para a TIM S.A. suporta cento e quarenta processos e está substancialmente composta pelas seguintes naturezas:

- (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 132.582 (R\$ 56.412 em 31 de dezembro de 2025);
- (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 116.343 (R\$ 107.350 em 31 de dezembro de 2025);

Notas Explicativas

- (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 7.632 (R\$ 7.393 em 31 de dezembro de 2025).
- (iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 36.802 (R\$ 36.075 em 31 de dezembro de 2025).
- (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 120.661 (R\$ 118.327 em 31 de dezembro de 2025);
- (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R\$ 558 (R\$ 16.181 em 31 de dezembro de 2025).
- (vii) cobrança sobre valores de assinatura sem franquia, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 9.412 (R\$ 9.214 em 31 de dezembro de 2025).
- (viii) cobrança sobre valores de crédito especial, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 5.104 (R\$ 5.009 em 31 de dezembro de 2025).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R\$ 70.953 (R\$70.953 em 31 de dezembro de 2025).

d. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

	03/2026	12/2025
	27.060.696	26.722.972
Cível e regulatória (d.1)	1.653.000	1.798.568
Trabalhista e previdenciária (d.2)	473.431	474.376
Tributária (d.3)	24.934.265	24.450.028

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

Notas Explicativas

d.1. Cíveis e regulatórias

	03/2026	12/2025
Ações movidas por consumidores (d.1.1)	124.334	129.012
ANATEL (d.1.2)	446.665	317.215
Órgãos de Defesa do Consumidor (d.1.3)	395.210	447.834
Ex-parceiros comerciais (d.1.4)	322.202	326.930
Socioambiental e infraestrutura (d.1.5)	105.611	77.780
Outros (d.1.6)	258.978	499.797
	<u>1.653.000</u>	<u>1.798.568</u>

d.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

d.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC.

Em 31 de março de 2026, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações) e Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 121.141 (R\$ 249.373 em 31 de dezembro de 2025).

Em 18 de junho de 2020, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde 2014 com o regulador.

Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrangia sanções que totalizavam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas “Qualidade”, “Ampliação do Acesso”, “Direitos e Garantias dos Usuários” e “Fiscalização”.

A Companhia vem apresentando seu entendimento à Anatel nos casos em que a Agência apontou indícios de descumprimento nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC) eventualmente instaurados.

Já a respeito da prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a Companhia torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012 e anos posteriores, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado entre outras. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

Notas Explicativas

d.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) supostas violações contratuais; (iii) questionamentos sobre publicidade e, (iv) questionamentos da qualidade no atendimento.

d.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

d.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

d.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato.

d.2. Trabalhista e Previdenciária

d.2.1. Previdenciária

A Companhia é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário e na esfera administrativa, bem como em demandas que discutem responsabilidade solidária, no valor total atualizado de R\$ 20.069 (R\$ 67.492 em 31 de dezembro de 2025).

d.2.2. Trabalhistas

Há 2.035 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2026 (2.142 em 31 de dezembro de 2025) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante atualizado de R\$ 453.362 (R\$ 406.884 em 31 de dezembro de 2025). Ressaltamos a existência de reclamações trabalhistas, movidas por ex-empregados do grupo econômico Docas (Gazeta Mercantil, JB do Brasil, etc). Esses autores ajuizaram ações requerendo, na fase executória, a inclusão da Holdco (ex-acionista controladora da Intelig – atual TIM S.A.) ou da TIM Participações (incorporada pela TIM S.A), como rés solidárias, solicitando o pagamento da decisão judicial pela TIM, em razão de suposta formação de grupo econômico.

Notas Explicativas

d.3. Tributárias

	03/2026	12/2025
	24.934.265	24.450.028
Tributos Federais (d.3.1)	5.169.055	4.991.390
Tributos Estaduais (d.3.2)	13.141.168	12.960.732
Tributos Municipais (d.3.3)	2.032.122	1.988.271
FUST, FUNTTEL e EBC (d.3.4)	4.591.920	4.509.635

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 16.771.812 (R\$ 16.635.711 em 31 de dezembro de 2025).

d.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra a Companhia relativamente a tributos federais é de R\$ 5.169.055 em 31 de março de 2026 (R\$ 4.991.390 em 31 de dezembro de 2025). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$1,4 bilhão. Com o julgamento da Câmara Superior de Recursos Fiscais, da Receita Federal, em 2025 foi confirmado um novo êxito parcial, no valor estimado atualizado de aproximadamente R\$ 610 milhões. Em 31 de março de 2026, o valor remanescente classificado como risco possível é de R\$ 1.304.400 (R\$ 1.225.208 em 31 de dezembro de 2025).
- (ii) No terceiro e quarto trimestre de 2024, houve ingresso de processo relacionado ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS das respectivas bases de cálculo, convertendo-se em eventual valor devido visto as compensações realizadas. O valor envolvido com risco possível é de R\$ 1.878.350 (R\$ 1.825.929 em 31 de dezembro de 2025).
- (iii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais, bases negativas e outros créditos federais. O valor envolvido é de R\$ 298.249 (R\$ 289.676 em 31 de dezembro de 2025).
- (iv) Cobrança de tributos sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 237.590 (R\$ 232.657 em 31 de dezembro de 2025).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 356.764 (R\$ 351.801 em 31 de dezembro de 2025).
- (vi) Glosa de créditos de PIS/COFINS sobre insumos - despesas e custos que segundo avaliação da Companhia foram intrinsecamente relacionados a atividade operacional da mesma. O valor envolvido é de R\$ 359.238 (R\$ 349.532 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

- (vii) Processo relacionado ao lucro da exploração: questionamento da Receita Federal por suposta utilização indevida do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ referente à Sudene em razão do questionamento quanto a averbação dos laudos apresentados. O valor envolvido é de R\$ 367.490 (R\$ 355.624 em 31 de dezembro de 2025).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos federais relativas, mas não se limitando, às cobranças indevidamente vinculadas ao Grupo Jornal do Brasil, divergência de interpretação das regras contidas na Lei nº 9.718/98, outras compensações referentes à reapuração do pré-pago, desdobramentos do ágio e apuração de estimativas, tributação sobre operações de roaming internacional e de cessão onerosa de meios de rede, diferença de alíquota de IRRF, além de outros temas de menor representatividade.

d.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos estaduais em 31 de março de 2026 é de R\$ 13.141.168 (R\$ 12.960.732 em 31 de dezembro de 2025). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata. O valor envolvido é de R\$ 1.562.307 (R\$ 1.534.669 em 31 de dezembro de 2025).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 548.106 (R\$ 536.534 em 31 de dezembro de 2025).
- (iii) Estorno de crédito, glosa de creditamentos extemporâneos e lançamentos relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$ 735.185 (R\$ 715.792 em 31 de dezembro de 2025).
- (iv) Cobrança sobre estorno de débitos do ICMS, decorrente da identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, bem como sobre os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), operações isentas e não tributadas e sobre outros créditos de natureza não tributável e cobranças e glosa de créditos de ICMS relacionados com operações sujeitas ao regime de substituição tributária. O valor envolvido é de R\$ 4.917.720 (R\$ 4.872.070 em 31 de dezembro de 2025).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 88.259 (R\$ 83.607 em 31 de dezembro de 2025).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 1.303.988 (R\$ 1.258.266 em 31 de dezembro de 2025).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados e do momento da tributação relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 2.383.534 (R\$ 2.248.803 em 31 de dezembro de 2025).
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 209.060 (R\$ 237.426 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 221.557 (R\$ 261.438 em 31 de dezembro de 2025).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos estaduais relativas, mas não se limitando, ao coeficiente de creditamento aplicado nas aquisições de ativo permanente, aos créditos decorrentes de itens financeiros e de natureza não telecom indevidamente tributados no campo “Outras OCCs” (*Other Credits and Charges*), às outras operações isentas e não tributadas interestaduais, ao diferencial de alíquota – DIFAL, ao regime especial previsto no Convênio 128/10 e 17/13, às regras de emissão de notas fiscais disciplinadas no Convênio 55/05, além de outros temas de menor representatividade.

d.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 2.032.122 em 31 de março de 2026 (R\$ 1.988.271 em 31 de dezembro de 2025). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 1.717.290 (R\$1.673.534 em 31 de dezembro de 2025).
- (ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 108.271 (R\$ 106.438 em 31 de dezembro de 2025).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 157.898 (R\$ 154.989 em 31 de dezembro de 2025).

d.3.4. Tributos regulatórios

O valor total autuado contra a Companhia relativamente às contribuições para o FUST, FUNTTEL, TFI, FISTEL e EBC com classificação de risco possível é de R\$ 4.591.920 (R\$ 4.509.635 em 31 de dezembro de 2025). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

24. Obrigações com acionistas

Operação de grupamento e desdobramento

Em 24 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o grupamento e o posterior desdobramento de suas ações ordinárias, na proporção de 100:1, seguido de 1:100, sem afetar o capital social, o número de ações ou os ADRs da Companhia.

A proposta aprovada em 27 de março de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, considerou que a Operação, quando realizada: (i) será aplicada a todos os acionistas da Companhia, (ii) sem alteração no valor do capital social da Companhia ou no número total de ações, (iii) sem modificação dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia aos seus titulares e (iv) sem alteração no número de ações que compõem cada ADR, permanecendo inalterado o número total de ADRs em circulação.

Notas Explicativas

No início de julho, a Companhia realizou o procedimento de grupamento e desdobramento de ações, após o prazo de 30 dias. Em 14 de julho de 2025, foi realizado leilão para alienação de 22.059.698 ações ordinárias correspondentes às frações resultantes da operação, formadas a partir da aglutinação das frações de ações. O resultado do leilão, no valor total de R\$ 455.691, já líquido de custos e taxas, equivalente a R\$ 20,66 por ação ordinária, foi disponibilizado aos titulares das frações de ações, nas devidas proporções, a partir do dia 23 de julho de 2025. Do resultado do leilão, o montante de R\$ 79.373 foi pago até 31 de março de 2026, restando o montante de R\$ 376.318 à disposição dos antigos acionistas não identificados ou sem os dados cadastrais completos.

As frações de ações não reclamadas pelos acionistas em até 3 anos, são revertidas ao patrimônio líquido da Companhia no momento de sua prescrição.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o valor de obrigações com acionistas decorrente de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é de R\$ 157.831.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2026, está representado por 2.392.125.889 ações ordinárias, após o cancelamento das ações em tesouraria, conforme nota 25.e. (2.392.125.889 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2025). As ações não possuem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	03/2026	12/2025
	393.267	388.236
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	15.666	10.635
Outras reservas de capital	23.997	23.997

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 16.d).

Notas Explicativas

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

b.3 Outras reservas de capital

Corresponde às frações de ações prescritas, resultantes de grupamentos realizados em exercícios anteriores. Como não foram resgatadas pelos acionistas no prazo legal, essas frações foram revertidas em favor da Companhia e registradas em outras reservas de capital, no montante de R\$ 23.997.

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, excluindo o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

Conforme estatuto, o saldo de reserva de expansão não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de incentivo fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de março de 2026, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 3.143.043 (R\$3.143.043 em 31 de dezembro de 2025).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 27 de março de 2025, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2025, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2025
Lucro líquido do exercício	4.311.984
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(440.088)
(-) Constituição da reserva legal	(193.492)
Lucro líquido ajustado	3.678.404
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	919.601
Distribuição com base no lucro do exercício ajustado:	
Juros sobre capital próprio	1.720.000
Dividendos	1.379.192
Total de dividendos e JSCP propostos e distribuídos	3.099.192
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(327.576)
Total de dividendos e JSCP líquidos	2.771.616
Distribuição com base nas reservas de lucro:	
JSCP propostos e distribuídos	490.000
Dividendos intermediários / adicionais	410.808
Total de dividendos (incluindo dividendos adicionais) e JSCP líquidos (i)	3.672.424

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2025, foram distribuídos os montantes de R\$2.210.000 de juros sobre capital próprio, sendo o valor de R\$ 1.720.000 distribuído com base no lucro do exercício de 2025 e R\$ 490.000 com base na reserva de expansão, e propostos dividendos de R\$1.790.000, sendo o valor de R\$ 1.379.192 distribuído com base no lucro do exercício de 2025 e R\$ 410.808 com base na reserva de expansão, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2025, totalizando R\$ 4.000.000.

Notas Explicativas

Os valores destinados até 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, estão apresentados abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento
10/02/2025	22/04/2025	200.000
24/03/2025	Até 30/04/2026	490.000
05/05/2025	23/07/2025	300.000
22/07/2025	21/10/2025	320.000
23/09/2025	21/01/2026	480.000
16/12/2025	Até 30/06/2026	420.000
16/12/2025	30/12/2025	1.790.000
Total 2025		4.000.000
18/03/2026	30/04/2026	390.000
Total 2026		390.000

Até 31 de março de 2026, a Companhia desembolsou, por meio de dividendos e/ou JSCP, o montante total de R\$ 478.153 (R\$ 670.044, em 31 de março de 2025), sendo R\$ 315.927 (R\$ 452.837 em 31 de março de 2025) aos acionistas controladores e R\$ 162.226 (R\$ 217.207 em 31 de março de 2025) aos acionistas não controladores. O total de dividendos pagos por ação, expresso em reais, em 31 de março de 2026 é de R\$ 0,20 (R\$ 0,28 no mesmo período de 2025).

O saldo total em 31 de março de 2026 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”, totalizando R\$ 1.274.231 (R\$ 1.377.150 em 31 de dezembro 2025), dos quais R\$ 1.116.400 (R\$ 1.219.319 em 31 de dezembro de 2025) estão registrados na linha “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” e R\$ 157.831 na linha “Obrigações com acionistas”, é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$ 175.208 (R\$193.337 em 31 de dezembro 2025) além do montante de R\$ 1.300.000 (R\$ 1.099.023 líquidos) de JSCP referentes a 2026 e 2025 a serem pagos em 2026.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

e. Ações em tesouraria

A Companhia mantém ações em tesouraria registradas pelo custo de aquisição, em conta redutora do patrimônio líquido, conforme estabelecido pelo IAS 32/CPC 39. As ações em tesouraria não conferem direito a voto ou recebimento de dividendos e não geram efeitos no resultado pela alienação ou cancelamento.

Em 12 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração encerrou o programa anterior e aprovou um novo programa de recompra de ações de até 67.210.173 ações ordinárias da Companhia, correspondentes a aproximadamente 2,78% do total de ações ordinárias da Companhia. As ações ordinárias adquiridas no âmbito do programa de recompra serão mantidas em tesouraria e posteriormente canceladas, sem redução do capital social. Além disso, aproximadamente 5 milhões de ações adquiridas no âmbito do programa de recompra serão destinadas à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo. O objetivo é de incrementar valor aos acionistas por meio do uso eficiente dos recursos disponíveis em caixa e atender o Plano de Incentivos de Longo Prazo (LTI).

Notas Explicativas

Desde a data da aprovação deste programa até 31 de dezembro de 2025 a Companhia recomprou 33.494 milhares de ações pelo valor total de R\$748.268 e destinou no programa de LTI a quantidade de 1.559 milhares de ações.

Em 16 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 28.679 milhares ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social. Em função do cancelamento das ações, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 2.392.125.889 ações ordinárias.

Em 31 de março de 2026, a Companhia mantém em tesouraria 3.458 (3.458 em 31 de dezembro de 2025) milhares de ações ordinárias, totalizando R\$ 78.539 (R\$ 78.539 em 31 de dezembro de 2025).

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2021-2023 e Plano 2024-2026

Em 30 de março de 2021 e 28 de março de 2024, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: “Plano 2021-2023” e “Plano 2024-2026” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2021-2023 e 2024-2026 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*). Estes propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Para os Planos 2021-2023 e 2024-2026 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Estes Planos, além de considerar a transferência de ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período de *vesting* (carência).

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do período (dez/25)	Ações (principal) outorgadas durante o período de 2026	Ações transferidas durante o período				Pagas em Dinheiro durante o período				Ações canceladas (principal) durante o período	Saldo de ações (principal) no final do período (mar/26)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2025	1.383.956	mai/28	R\$ 17,22	1.121.959		-	-	-	-	-	-	-	-	(61.551)	1.060.408
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R\$ 18,34	884.346		-	-	-	-	-	-	-	-	(21.646)	862.700
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	687.088		-	-	-	-	-	-	-	-	(5.467)	681.621
Total				2.693.393		-	-	-	-	-	-	-	-	(88.664)	2.604.729
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 16,41												

Notas Explicativas

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do período (dez/24)	Ações (principal) outorgadas durante o período	Ações transferidas durante o período				Pagas em Dinheiro durante o período				Ações canceladas (principal) durante o período	Saldo de ações (principal) no final do período (mar/25)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R\$ 18,34	1.142.341	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.142.341
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.097.732	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.097.732
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	426.595	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	426.595
Total	4.015.564			2.666.668	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.666.668
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 15,16												

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- **Plano 2021-2023 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- **Plano 2021-2023 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.
- **Plano 2024-2026 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2024 a 31 de março de 2024.
- **Plano 2024-2026 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2025 a 31 de março de 2025.

Em 31 de março de 2026, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ R\$ 5.031 (R\$ 6.310 em 31 de março de 2025). No primeiro trimestre de 2026 e 2025, a Companhia não efetuou pagamentos aos participantes em dinheiro referente ao Plano de Incentivo de Longo Prazo.

Encerramento de programa de recompra de ações e aprovação de um novo programa

Conforme descrito na nota 25.e, em fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo programa, que destinará aproximadamente 5 milhões de ações adquiridas à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo. Até 31 de março de 2026, a Companhia havia recomprado e transferido 1,6 milhões de ações para atendimento ao programa de Plano de Incentivo de Longo Prazo.

27. Receita líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços.

Notas Explicativas

Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no período findo em 31 de março de 2026 é de R\$ 26.203 (R\$ 21.680 em 31 de março de 2025).

Em março de 2025, o acordo firmado entre TIM S.A. e Banco C6 teve a aprovação da Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA), se confirmando o encerramento da parceria, assim como as disputas relacionadas e procedimentos arbitrais que estavam em curso. Até 31 de dezembro de 2025, os valores referentes ao Acordo, foram liquidados.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 / CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Notas Explicativas

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 10) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	Controladora		Consolidado
	03/2026	03/2025	03/2026
Receita operacional líquida	6.766.305	6.393.641	6.806.150
Receita operacional bruta	10.667.223	9.467.889	10.711.472
Receita de serviços	10.313.513	9.169.010	10.357.762
Receita de serviços - Móvel	9.609.958	8.678.415	9.609.958
Receita de serviços – Fixa	703.555	490.595	747.804
Venda de mercadorias	353.710	298.879	353.710
Deduções da receita bruta	(3.900.918)	(3.074.248)	(3.905.322)
Impostos incidentes	(1.031.087)	(1.007.386)	(1.035.491)
Descontos concedidos	(2.868.466)	(2.064.473)	(2.868.467)
Devoluções e outros	(1.365)	(2.389)	(1.364)

28. Custos e despesas operacionais

	Controladora							
	03/2026				03/2025			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(3.212.669)	(1.511.601)	(465.582)	(5.189.852)	(3.084.002)	(1.489.229)	(435.666)	(5.008.897)
Pessoal	(7.238)	(250.929)	(111.555)	(369.722)	(10.749)	(241.726)	(105.538)	(358.013)
Serviços de terceiros	(177.113)	(517.386)	(203.110)	(897.609)	(176.435)	(521.318)	(205.424)	(903.177)
Interconexão e meios de conexão	(1.124.137)	-	-	(1.124.137)	(973.817)	-	-	(973.817)
Depreciação e amortização	(1.504.409)	(103.017)	(129.200)	(1.736.626)	(1.542.858)	(102.910)	(100.148)	(1.745.916)
Impostos, taxas e contribuições	(45.423)	(216.761)	(12.167)	(274.351)	(39.481)	(219.538)	(11.013)	(270.032)
Aluguéis e seguros	(126.872)	(42.615)	(7.856)	(177.343)	(130.789)	(39.948)	(8.732)	(179.469)
Custo das mercadorias vendidas	(224.695)	-	-	(224.695)	(208.748)	-	-	(208.748)
Publicidade e propaganda	-	(148.367)	-	(148.367)	-	(168.844)	-	(168.844)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(225.857)	-	(225.857)	-	(182.045)	-	(182.045)
Outros	(2.782)	(6.669)	(1.694)	(11.145)	(1.125)	(12.900)	(4.811)	(18.836)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	03/2026			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(3.242.018)	(1.517.724)	(470.767)	(5.230.509)
Pessoal	(16.873)	(251.640)	(114.116)	(382.629)
Serviços de terceiros	(196.713)	(521.488)	(205.331)	(923.532)
Interconexão e meios de conexão	(1.124.137)	-	-	(1.124.137)
Depreciação e amortização	(1.504.504)	(104.799)	(129.338)	(1.738.642)
Impostos, taxas e contribuições	(45.441)	(216.761)	(12.167)	(274.369)
Aluguéis e seguros	(126.872)	(42.615)	(7.946)	(177.433)
Custo das mercadorias vendidas	(224.695)	-	-	(224.695)
Publicidade e propaganda	-	(148.367)	-	(148.367)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(225.386)	-	(225.386)
Outros	(2.783)	(6.668)	(1.869)	(11.319)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia, no montante de R\$ 7.701 (R\$ 8.452 em 31 de março de 2025). Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado
	03/2026	03/2025	03/2026
Receitas			
Multas s/ serviços de telecomunicações	30.344	26.961	30.344
Receita na alienação de ativos	4.831	1.438	4.831
Outras receitas (i)	95.695	17.546	95.727
	130.870	45.945	130.902
Despesas			
FUST/FUNTTTEL (ii)	(41.060)	(40.548)	(41.060)
Impostos, taxas e contribuições	(1.647)	(6.857)	(1.647)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(114.772)	(58.011)	(114.772)
Despesa na alienação de ativos	(1.849)	(2.524)	(1.849)
Outras despesas	(4.621)	(3.964)	(4.620)
	(163.949)	(111.904)	(163.948)
Outras receitas (despesas), líquidas	(33.079)	(65.959)	(33.046)

- (i) Representa, principalmente, a receita diferida nas torres alienadas, sendo R\$ 84.172 em 31 de março de 2026 (R\$ 13.524 em 31 de março de 2025). O aumento no período está relacionado à realização em 2026 devido à renegociação do contrato com a ATC, conforme descrito na nota 17.

Notas Explicativas

- (ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

30. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado
	03/2026	03/2025	03/2026
Receitas financeiras	380.296	305.305	381.450
Juros sobre aplicações financeiras	197.511	167.114	198.635
Juros de clientes	14.826	9.081	14.826
Juros swap (ii)	96.159	87.766	96.159
Juros sobre arrendamento	7.137	7.083	7.137
Atualização monetária (i)	58.616	29.384	58.645
Outras receitas	6.047	4.877	6.048

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais.

(ii) Representa os ganhos obtidos com instrumentos de swap obtidos de forma a proteger a Companhia de variações de taxas de juros incidentes sobre dívidas.

31. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	03/2026	03/2025	03/2026
Despesas financeiras	(908.865)	(870.530)	(910.783)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(60.441)	(80.402)	(62.162)
Juros sobre impostos e taxas	(107.017)	(79.812)	(107.017)
Juros swap	(76.956)	(93.270)	(76.956)
Juros sobre passivo de arrendamento, líquidos de cancelamentos	(470.548)	(379.446)	(470.606)
Atualização monetária (i)	(114.134)	(41.432)	(114.134)
Descontos concedidos	(16.699)	(11.638)	(16.748)
Outros derivativos (ii)	-	(165.780)	-
Outras despesas	(63.070)	(18.750)	(63.160)

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 115.135 (R\$ 38.298 em 31 de março de 2025); e

(ii) Em função do acordo firmado entre TIM e Banco C6 e aprovado pela CIMA no 1º trimestre de 2025, houve o ajuste dos ativos financeiros detidos pela TIM nos termos contratuais.

Notas Explicativas

32. Variação cambial, líquida

	Controladora		Consolidado
	03/2026	03/2025	03/2026
Receitas			
Fornecedores	40.436	2.401	40.484
Swap (i)	-	32.074	-
Contas a Receber	7.513		7.513
Ativo Financeiro (ii)	4.377	16.062	4.377
	52.326	50.537	52.374
Despesas			
Fornecedores	(3.434)	(16.703)	(3.502)
Swap (i)	-	(2.401)	-
Contas a Receber	(27.301)	(64.674)	(27.301)
Ativo Financeiro (ii)	(22.096)		(22.096)
	(52.831)	(83.778)	(52.899)
Variações cambiais, líquidas	(505)	(33.241)	(525)

(i) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 36).

(ii) Refere-se às variações cambiais incidentes sobre o Fundo 5G, conforme nota 12.

33. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período, excluindo as ações em tesouraria.

	03/2026	03/2025
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	817.093	797.622
Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	2.388.668	2.420.740
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,34	0,33

Notas Explicativas

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, excluindo as ações em tesouraria, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluidoras.

	03/2026	03/2025
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	817.093	797.622
Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	2.389.282	2.420.843
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,34	0,33

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 614 milhares (103 milhares em 31 de março de 2025) relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

A operação de grupamento/desdobramento de ações, conforme descrita na nota 24, não impactou o cálculo do lucro básico e diluído por ação, pois não houve alteração na quantidade média ponderada de ações em circulação.

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia e empresa controladora e coligadas são os seguintes:

	Ativo		
	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Telecom Italia Sparkle (i)	4.427	8.391	4.427
TI Sparkle (iii)	-	5	-
TIM Brasil (vii)	23.125	23.183	23.125
Telecom Italia S.p.A. (ii)	18.102	5.850	18.102
I-Systems (ix)	53.113	53.538	53.113
Outros	97	97	97
Total	98.864	91.064	98.864

	Passivo		
	Controladora		Consolidado
	03/2026	12/2025	03/2026
Telecom Italia S.p.A. (ii)	104.721	90.846	104.721
Telecom Italia Sparkle (i)	4.332	6.407	4.332
TI Sparkle (iii)	3.773	2.402	3.773
TIM Brasil (iv)	10.858	10.858	10.858
I-Systems (viii)	70.178	56.027	70.178
TIM Brasil (x)	742.095	791.797	742.095
V8.Tech	2.416	-	-
Outros	7.230	4.138	7.230
Total	945.603	962.475	943.187

Notas Explicativas

	Receita		
	Controladora		Consolidado
	03/2026	03/2025	03/2026
Telecom Italia S.p.A. (ii)	14.105	9.981	14.105
Telecom Italia Sparkle (i)	1.391	1.361	1.391
TI Sparkle (iii)	19	82	19
I Systems (ix)	555	423	555
Total	16.070	11.847	16.070

	Custos/Despesa		
	Controladora		Consolidado
	03/2026	03/2025	03/2026
Telecom Italia S.p.A. (ii)	45.586	47.081	45.586
Telecom Italia Sparkle (i)	445	1.183	445
TI Sparkle (iii)	3.773	3.093	3.773
Grupo Vivendi (v)	-	1.149	-
Gruppo Havas (vi)	-	126.923	-
I-Systems (viii)	110.222	102.835	110.222
Outros	7.900	8.599	7.900
Total	167.926	290.863	167.926

- (i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.
- (ii) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca “TIM” mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da Companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.
- (iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.
- (iv) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.
- (v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS. Em maio de 2025 o Grupo Vivendi deixou de ser parte relacionada.
- (vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referiam-se aos serviços de publicidade, dos quais R\$ 99.433, em 31 de março de 2025, estavam relacionados aos repasses de mídia. Em 31 de março de 2026, não há valores registrados, uma vez que o Gruppo Havas deixou de ser parte relacionada em maio de 2025.
- (vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (viii) Os valores referem-se a serviços de capacidade de infraestrutura de fibra.

Notas Explicativas

(ix) Refere-se principalmente a despesa antecipada que representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

(x) Os valores referem-se ao saldo de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar para a controladora.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de março de 2026, a Companhia investiu R\$ 122 (R\$ 1.154 em 31 de março de 2025).

Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	03/2026	03/2025
Benefícios de curto prazo	6.923	6.625
Remuneração baseada em ações	2.162	3.289
	9.085	9.914

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a “*hedge accounting*”.

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e opções.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Notas Explicativas

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*. Os ganhos ou perdas com esses contratos de *swap* são registrados no resultado da Companhia.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré-fixada e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamentos junto ao BNDES (FINAME) e BNB, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de *swap* atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 ou receitas de serviços prestados durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política da Companhia para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

(v) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez. Vide notas 17 e 20.

Notas Explicativas

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	03/2026		12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	447.706	137.018	452.203	168.711
	447.706	137.018	452.203	168.711
Parcela circulante	(447.706)	(137.018)	(452.203)	(168.711)
Parcela não circulante	-	-	-	-

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 17 e 20.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

	03/2026		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.211.180	623.023	2.834.203
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.211.180	623.023	2.834.203
Instrumentos financeiros derivativos	-	447.706	447.706
Títulos e valores mobiliários (i)	1.884.411	-	1.884.411
Ativos financeiros	326.769	175.317	502.086
Total do passivo	-	203.062	203.062
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	203.062	203.062
Instrumentos financeiros derivativos	-	137.018	137.018
Contraprestação contingente – <i>earn-out</i>		66.044	66.044

(i) Inclui o montante de R\$ 5.458, referente a títulos e valores mobiliários da controlada V8.Tech.

	12/2025		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.639.447	627.520	3.266.967
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.639.447	627.520	3.266.967
Instrumentos financeiros derivativos	-	452.203	452.203
Títulos e valores mobiliários	2.300.655	-	2.300.655
Ativos financeiros	338.792	175.317	514.109
Total do passivo	-	168.711	168.711
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	168.711	168.711
Instrumentos financeiros derivativos	-	168.711	168.711

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de empresas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados a taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 31 de março de 2026, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas no quadro a seguir:

Notas Explicativas

31 de março de 2026

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	354.785	355.628	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	2.108.842	2.116.563	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	316.499	317.443	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%) e, alguns contratos de dívida atrelados ao IPCA foram remensurados devido à deflação. Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2025

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	399.975	400.926	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	2.060.566	2.062.508	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	329.567	330.551	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade (i)		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (ii)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulada Swap	C) Resultado final (B-A)
Mar/26		2.649.273	-	2.649.273	(2.338.232)	311.041	-	-
CDI	Provável	2.649.273	-	2.649.273	(2.338.232)	311.041	-	-
	Possível	2.649.273	-	2.649.273	(2.349.680)	299.593	(11.447)	(11.447)
	Remoto	2.649.273	-	2.649.273	(2.361.071)	288.202	(22.839)	(22.839)
IPCA	provável	2.649.273	-	2.649.273	(2.338.232)	311.041	-	-
	possível	2.590.082	(59.191)	2.590.082	(2.338.232)	251.850	(59.191)	-
	remoto	2.534.033	(115.241)	2.534.033	(2.338.232)	195.801	(115.241)	-

Notas Explicativas

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

(ii) BNB, Debenture e BNDES.

Variável de risco	Cenário sensibilidade (i)	CDI	IPCA
CDI	Provável	14,65%	4,14%
	Possível	18,31%	4,14%
	Remoto	21,98%	4,14%
IPCA	Provável	14,65%	4,14%
	Possível	14,65%	5,18%
	Remoto	14,65%	6,21%

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de março de 2026 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação de moeda estrangeira, utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	03/2026	03/2025
Resultado líquido em operações de derivativos	19.203	(7.904)
Resultado de operações com outros derivativos	-	(165.780)

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Movimentação dos passivos financeiros

Notas Explicativas

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2025	2.778.723	13.764.868	(283.492)
Ingressos	-	1.110.373	-
Cancelamentos/Encerrados	-	(578.923)	-
Encargos financeiros	61.760	462.784	(19.203)
Variações cambiais, líquidas	-	-	-
Recebimentos / (pagamentos) principal (i)	(66.039)	(374.045)	-
Pagamentos de juros	(4.380)	(479.902)	(7.993)
31 de março de 2026	2.770.064	13.905.155	(310.688)

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2025	2.778.723	13.764.868	(283.492)
Saldo de Companhia adquirida	65.164	2.089	-
Ingressos	-	1.110.731	-
Cancelamentos/Encerrados	-	(578.923)	-
Encargos financeiros	63.481	462.843	(19.203)
Variações cambiais, líquidas	-	-	-
Recebimentos / (pagamentos) principal (i)	(70.547)	(374.145)	-
Pagamentos de juros	(4.823)	(479.989)	(7.993)
31 de março de 2026	2.831.998	13.907.474	(310.688)

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2024	3.035.501	12.575.846	(678.434)
Ingressos	-	671.953	-
Cancelamentos/Encerrados (ii)	-	(57.466)	522.822
Encargos financeiros	80.853	388.647	5.503
Variações cambiais, líquidas	(2.401)	-	2.401
Pagamentos principal (i)	(98.956)	(401.805)	-
Pagamentos de juros	(6.996)	(390.114)	(4.639)
31 de março de 2025	3.008.001	12.787.061	(152.347)

(i) Os pagamentos de passivo de arrendamento, incluem pagamentos de multas no montante de R\$ 23 milhões (R\$ 31 milhões, em 2025).

(ii) Refere-se ao impacto do Acordo com o C6 onde os derivativos foram integralmente baixados no período.

Notas Explicativas

37. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	03/2026	12 2025
Planos FUNCESP, Planos de Saúde (Plano de Saúde FIBER), PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	4.485	4.485

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

Notas Explicativas

38. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de março de 2026, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), riscos ambientais, saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R\$ 480.037
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$ 150.000
Riscos Ambientais	R\$ 10.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Garantia Única de Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

39. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	03/2026	03/2025	03/2026
<u>Transações que não envolvem caixa</u>			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.067.157)	(664.702)	(1.067.174)
Aumento dos passivos de arrendamento - sem efeito no caixa	1.110.373	671.953	1.110.408
Dividendos/JSCP aprovados e ainda não pagos	(1.300.000)	(2.740.000)	(1.300.000)
Valores a receber - Acordo C6	-	468.000	-
Contraprestação contingente – <i>earn-out</i> e valor retido – aquisição da V8	(75.991)	-	(75.991)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas da
Tim S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Tim S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e financeiras e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na revisão ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci
Contador - CRC - RJ 091370/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da TIM S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), relativas ao período findo em 31 de março de 2026 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 05 de maio de 2026.

WALMIR URBANO KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO
Membro do Conselho Fiscal

HELOISA BELOTTI BEDICKS
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Vicente de Moraes Ferreira (Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A. ("Companhia"), declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2026.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2026.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

VICENTE DE MORAES FERREIRA
Diretor de Relações com Investidores

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Vicente de Moraes Ferreira (Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A. ("Companhia"), declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2026.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2026.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

VICENTE DE MORAES FERREIRA
Diretor de Relações com Investidores

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer